

Janaina de Oliveira Augusto

**AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOS PARTICIPANTES DO EXAME NACIONAL
DO ENSINO MÉDIO 2013 NA COMPETÊNCIA V DA PRODUÇÃO ESCRITA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Avaliação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ligia Gomes Elliot

Rio de Janeiro
2015

A923a Augusto, Janaina de Oliveira.
Avaliação do desempenho dos participantes do
Exame Nacional do Ensino Médio 2013 da
Competência V da Produção Escrita / Janaina de
Oliveira Augusto. – 2015.
87 f.; 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ligia Gomes Elliot.
Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) –
Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2015.
Bibliografia: f. 81-84.

1. Avaliação Educacional 2. Enem I. Elliot, Ligia
Gomes. II. Título.

CDD 370

Ficha catalográfica elaborada por Alessandra Hermogenes (CRB7/6717)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

JANAINA DE OLIVEIRA AUGUSTO

**AVALIAÇÃO O DESEMPENHO DOS PARTICIPANTES DO EXAME NACIONAL
DO ENSINO MÉDIO 2013 NA COMPETÊNCIA V DA PRODUÇÃO ESCRITA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Avaliação.

Aprovada em 20 de abril de 2015


BANCA EXAMINADORA



Prof^ª. Dr^ª. LIGIA GOMES ELLIOT
Fundação Cesgranrio



Prof^ª. Dr^ª. LÚCIA REGINA GOULART VILARINHO
Fundação Cesgranrio



Prof^ª. Dr^ª. MARIA EMÍLIA BARCELLOS DA SILVA
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho à professora Maria Aparecida Meireles de Pinilla, a pessoa que me apresentou os meandros da produção textual, muito além das paredes da sala de aula.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dr.^a Ligia Gomes Elliot, pela primorosa orientação.

À Prof.^a Dr.^a Maria Emília Barcellos da Silva, pela generosidade de compartilhar o vasto conhecimento comigo.

À Prof.^a Dr.^a Lúcia Regina Goulart Vilarinho, pela participação na banca examinadora e pelas oportunas sugestões.

À Prof.^a Dr.^a Maria de Lourdes de Sá Earp de Mello e Silva, pelo incentivo.

À Coordenação, aos professores do Curso de Mestrado da Fundação Cesgranrio.

Aos companheiros do curso Flávia Lino, Cássia Lisbôa e Constantino Dias da Cruz pelas interlocuções semanais.

Aos funcionários Nilma Gonçalves Cavalcante e Valmir Marques Paiva pela ajuda incessante durante todo o curso.

Às bibliotecárias Anna Karla S. da Silva e Alessandra Hermógenes, por serem tão solícitas sempre.

À Mônica Maria Saraiva Pereira por ser uma amiga tão cuidadosa e presente em todos os momentos.

Aos meus pais, Maria de Lourdes e Braz Augusto (*in memoriam*), por me proporcionarem todas as oportunidades que eles mesmos não tiveram.

Ao Felipe, meu filho, que chegou para abrir caminhos, nunca antes desbravados, e alegrar meu viver.

A Deus, por me conceder a graça todos os dias.

RESUMO

O presente estudo teve por finalidade avaliar como os candidatos ao processo avaliatório do Enem (edição 2013) abordam o tema proposto na prova de redação, face à competência V, disponibilizada na Matriz de Referência, utilizada na correção da referida Produção Textual. Trata-se de um estudo, desenvolvido por meio da análise dos textos produzidos pelos candidatos ao Enem, em que se privilegiou a abordagem de avaliação centrada nos objetivos, a partir de um olhar qualitativo. Os principais destinatários foram os professores de Língua Portuguesa, especificamente os que lecionam Produção Textual, em estabelecimentos educacionais públicos e privados. A avaliação teve como intuito propiciar conhecimento acerca das estratégias textuais, referentes à construção do texto, no que tange a características necessárias, tais como coesão e coerência, para ser construído e apropriadamente chamado de texto, utilizadas pelos candidatos na construção do texto. As estratégias pragmáticas, que dizem respeito à forma como o participante construiu a proposta de intervenção social, também foram analisadas, para confirmar se os candidatos atenderam os objetivos inseridos na matriz de correção elaborada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referentes à quinta competência. Há, inclusive, informações relevantes sobre as fragilidades e os pontos fortes dos candidatos, com vistas a aperfeiçoar a prática pedagógica e, com isso, viabilizar a aplicação do conteúdo programático de forma mais efetiva, com um enfoque nas reais necessidades do aluno, ao produzir uma redação. No que concerne aos resultados, foram identificados elementos comprobatórios diferentes quanto aos níveis 4 e 5 da planilha de correção e ainda houve constatações de que os candidatos oriundos dos colégios públicos obtiveram notas altas, tanto quanto os provenientes do ensino privado.

Palavras-chave: Enem. Avaliação da redação. Competência V.

ABSTRACT

This study aimed to evaluate how the candidates for the evaluative process Enem (edition 2013) address to the issue proposed in the writing test, given the V competence, available on the Reference Matrix, used during the correction of the mentioned text production. It is a study, developed through the analysis of texts produced by the candidates for Enem, in which privileged the evaluation approach focused on objectives, from a qualitative view. The main recipients were the teachers of the Portuguese Language, specifically those who teach text production, in public and private educational institutions. The evaluation had the intention to provide knowledge about the textual strategies for the construction of the text, according to the necessary features, such as cohesion and coherence, to be build and appropriately be named as text, used by candidates in the text construction. The pragmatic strategies related to the way the participants constructed the proposal of social intervention, were also analyzed to confirm that the candidates met the objectives inserted in the correction matrix prepared by the Instituto Nacional de Educação Anísio Teixeira (INEP), for the V competence. There is even the relevant information about the weaknesses and strengths of the candidates, in order to enhance the pedagogical practice and thereby facilitate the implementation of the curriculum more effectively, focusing on the real needs of the student, while producing an essay. Regarding the results, they identified different supporting elements on levels 4 and 5 of correction sheet and still there were findings that those from candidates of public schools got high marks the ones from the private school.

Keywords: Enem. The writing assessment. Competence V.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Redação nº 2 de candidato ao Enem 2013.....	42
Figura 2	Redação nº 4 de candidato ao Enem 2013.....	43
Figura 3	Redação nº 5 de candidato ao Enem 2013.....	44
Figura 4	Redação nº 7 de candidato ao Enem 2013.....	45
Figura 5	Redação nº 8 de candidato ao Enem 2013.....	46
Figura 6	Redação nº 9 de candidato ao Enem 2013.....	47
Figura 7	Redação nº 10 de candidato ao Enem 2013.....	48
Figura 8	Redação nº 1 de candidato ao Enem 2013.....	49
Figura 9	Redação nº 6 de candidato ao Enem 2013.....	50
Figura 10	Redação nº 3 de candidato ao Enem 2013.....	51
Figura 11	Redação nº 13 de candidato ao Enem 2013.....	52
Figura 12	Redação nº 16 de candidato ao Enem 2013.....	54
Figura 13	Redação nº 17 de candidato ao Enem 2013.....	54
Figura 14	Redação nº 20 de candidato ao Enem 2013.....	55
Figura 15	Redação nº 11 de candidato ao Enem 2013.....	56
Figura 16	Redação nº 14 de candidato ao Enem 2013.....	57
Figura 17	Redação nº 15 de candidato ao Enem 2013.....	58
Figura 18	Redação nº 18 de candidato ao Enem 2013.....	59
Figura 19	Redação nº 12 de candidato ao Enem 2013.....	60
Figura 20	Redação nº 19 de candidato ao Enem 2013.....	61
Quadro 1	Evidências relativas ao indicador uso de expressões que denotam conclusão.....	63
Quadro 2	Evidências relativas ao indicador uso de termos que indicam sentido anafórico.....	64
Quadro 3	Evidências relativas ao indicador uso de formas verbais que indicam a ratificação da proposta apresentada.....	64
Quadro 4	Evidências relativas ao indicador proposta muito bem elaborada com a explanação das formas de intervenção.....	68
Quadro 5	Evidências relativas ao indicador ausência de progressão textual...	71
Quadro 6	Evidências relativas ao indicador apresentação do sujeito que poderá desenvolver a proposta.....	72
Quadro 7	Evidências relativas ao indicador uso de formas verbais que indicam a imposição da proposta	72
Quadro 8	Evidências relativas ao indicador Proposta bem elaborada com a explanação de pelo menos um elemento que deixa a medida mais abrangente.....	76

LISTA DE TABELA

Tabela 1	Distribuição das redações analisadas por escola de origem e níveis alcançados na correção.....	40
----------	--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IES	Institutos de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PCNEM	Parâmetros curriculares nacionais do Ensino Médio
ProUni	Programa Universidade Para Todos
Sisu	Sistema de Seleção Unificada
UC	Universidade de Coimbra

SUMÁRIO

1	O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO E A PRODUÇÃO ESCRITA.....	12
1.1	O QUE É O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO.....	12
1.2	A PROVA DE REDAÇÃO DO ENEM.....	16
1.3	METODOLOGIA DE CORREÇÃO DA REDAÇÃO DO ENEM.....	18
1.4	MOTIVAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DO PRESENTE ESTUDO.....	19
1.5	OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	21
2	COMPETÊNCIAS DA MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA A CORREÇÃO DA PRODUÇÃO TEXTUAL DO ENEM.....	23
2.1	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES.....	23
2.2	AS COMPETÊNCIAS DA PRODUÇÃO TEXTUAL DO ENEM.....	25
2.3	A COMPETÊNCIA V DA MATRIZ DE REFERÊNCIA.....	28
2.4	OS NÍVEIS DE CORREÇÃO DA COMPETÊNCIA V.....	31
2.5	O QUE É TEXTO.....	34
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	37
3.1	ABORDAGEM AVALIATIVA.....	37
3.2	QUESTÃO AVALIATIVA.....	37
3.3	ETAPAS DO ESTUDO.....	38
4	RESULTADOS.....	40
4.1	NÍVEIS E ORIGEM DAS REDAÇÕES ANALISADAS.....	40
4.2	ANÁLISE DAS REDAÇÕES.....	40
4.2.1	Redações do Nível 5.....	41
4.2.2	Redações do Nível 4.....	52
4.3	ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS.....	61
4.3.1	Estratégias textuais e evidências nas redações de Nível 5.....	63
4.3.2	Estratégia pragmática e evidências nas redações de Nível 5.....	68
4.3.3	Estratégias textuais e evidências nas redações de Nível 4.....	70
4.3.4	Estratégias pragmáticas e evidências nas redações de Nível 4.....	76
4.4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
	REFERÊNCIAS.....	81
	ANEXO A - Proposta de Redação – ENEM – 2013.....	86

1 O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO E A PRODUÇÃO ESCRITA

1.1 O QUE É O EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) é um procedimento avaliativo, individual, em larga escala, criado, em 1998, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), entidade vinculada ao Ministério da Educação (MEC). De caráter voluntário, é aplicado, anualmente, em todo o território brasileiro, aos estudantes concluintes ou que já concluíram o Ensino Médio em anos anteriores.

O Enem foi instituído por meio da Portaria MEC nº 438 de 28 de maio de 1998 (BRASIL, 1998), tendo como principais objetivos:

- I. conferir ao cidadão parâmetro para autoavaliação, com vistas à continuidade de sua formação e à sua inserção no mercado de trabalho;
- II. criar referência nacional para os egressos de qualquer das modalidades do Ensino Médio;
- III. fornecer subsídios às diferentes modalidades de acesso à educação superior;
- IV. constituir-se em modalidade de acesso a cursos profissionalizantes pós-médio; [...] (BRASIL, 1998).

Em 2003, a Portaria nº 110, de 4 de dezembro de 2002 (BRASIL, 2002), apresentou uma alteração nos objetivos do Enem:

- I. oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder à sua autoavaliação com vistas às suas escolhas futuras, tanto em relação ao mercado de trabalho, quanto em relação à continuidade de estudos;
- II. estruturar uma avaliação da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos processos de seleção nos diferentes setores do mercado de trabalho;
- III. estruturar uma avaliação da educação básica que sirva como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médios e ao Ensino Superior.

A Portaria nº 7 (BRASIL, 2006) propiciou outra alteração nos objetivos do Enem e acrescentou um novo objetivo: [...] “IV - possibilitar a participação e criar condições de acesso a programas governamentais.”

Ao serem analisados os objetivos propostos para o Enem, da Portaria Ministerial nº 438/ 1998 até a Portaria nº 7/2006, (BRASIL, 2006) constatam-se

algumas mudanças. A Portaria nº 438 (BRASIL, 1998) estabelecia o Enem como um sistema avaliatório do desempenho dos alunos, mas não mencionava o acesso aos cursos profissionalizantes e pós-médio, conforme está expresso nas Portarias de 2002 e 2006.

O texto da Portaria nº 110 (BRASIL, 2002) aponta a avaliação da Educação Básica como um dos objetivos do Enem. Já na Portaria nº 7 (BRASIL, 2006) há o fragmento “[...] avaliação final da educação básica” como uma responsabilidade do Enem. Trata-se de uma nova atribuição que não consta das Portarias anteriores, com vistas a instituir o Programa Universidade para Todos (ProUni).

As Portarias, bem como o Documento Oficial (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 1999), instituem a avaliação do desempenho do aluno concluinte da educação básica como principal meta do Enem. Outro fator importante é que o Exame configura, desde o início de sua implantação, uma modalidade alternativa ou complementar de acesso aos cursos profissionalizantes pós-médio e ao ensino superior.

Segundo o portal do INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 2014b), a partir de 2009, o Enem passou a ser utilizado também como mecanismo de seleção para o ingresso no Ensino Superior. Assim sendo, foram implementadas mudanças que contribuiriam tanto para a democratização das oportunidades de acesso às vagas oferecidas por Institutos Federais de Ensino Superior, para modalidade acadêmica, como também para reestruturação dos currículos do Ensino Médio.

O Enem pode ser utilizado como forma de acesso a programas oferecidos pelo Governo Federal, como o ProUni, por exemplo, além de servir como certificação de conclusão do Ensino Médio, em cursos de Educação de Jovens e Adultos, antigo supletivo. Nesses casos, substitui o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, segundo informa o site do INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 2014b).

A Portaria Normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012, (BRASIL, 2012) instituiu e regulamentou o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), também uma inovação trazida pelo Enem, uma vez que se trata de uma iniciativa gerenciada pelo MEC, para fortalecer o estabelecimento da referida avaliação em larga escala. Um sistema informatizado, pelo qual são selecionados candidatos a vagas em cursos de graduação oferecidas por instituições públicas de Ensino Superior (IES). As IES

participantes do Sisu, que utilizam a nota do Enem, bem como a quantidade de vagas, que serão ofertadas em cada processo seletivo, são disponibilizadas no portal do Ministério da Educação (MEC) antes do período de inscrições. Os candidatos podem escolher até duas opções de curso das IES participantes do Sisu e o sistema seleciona os candidatos melhor classificados em cada curso, consoante às notas obtidas no Enem.

Outra novidade relacionada ao exame ocorreu, em maio de 2014, quando o Presidente do INEP e o Reitor da Universidade de Coimbra, em Portugal, assinaram um protocolo de intenções que oficializou a utilização da nota do Enem, para ingresso de estudantes brasileiros a vagas na Instituição portuguesa (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 2014a).

Protocolo de intenções que entre si celebram a união representada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP e a Universidade de Coimbra – UC, objetivando conjugar esforços para a utilização dos resultados do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem pela UC.

Alguns meses depois, a Universidade do Algarve também adotou a seleção de candidatos por meio do Enem. É importante salientar que a Universidade de Coimbra aceita os resultados do Enem a partir de 2011, 2012 e 2013 e dispensa os brasileiros dos exames portugueses. Antes de tal protocolo, esses exames eram obrigatórios pela legislação do referido país.

O primeiro modelo de prova utilizado de 1998 até 2008 continha 63 questões e uma redação, que eram aplicadas em apenas um dia de prova. A prova, no referido período, não servia para ingresso em cursos superiores, exceto no caso dos candidatos que, com a nota do exame, fossem inscritos com o intuito de conseguir bolsa de estudos em faculdades particulares por meio do ProUni.

Em 2009, o exame passou a ter duração de dois dias, abrangendo 180 questões objetivas divididas em quatro áreas do conhecimento, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias, Linguagens, códigos e suas tecnologias, além de uma redação.

Após 16 anos, pode-se entender o Enem como um instrumento de avaliação, visando à melhoria da qualidade do ensino brasileiro. A quantidade crescente de candidatos o situa como o maior processo avaliativo instituído no Brasil, totalizando

seis milhões de inscritos em 2013. Em 2014, o número de inscritos para o exame alcançou a marca de 8,7 milhões de estudantes. Nesse contexto, a produção textual passou a ser uma etapa decisiva para o inscrito conquistar uma vaga em curso superior das universidades públicas espalhadas pelo País.

Convém destacar que avaliar a produção escrita dos candidatos é tarefa complexa. Afinal, quais critérios de correção deverão ser utilizados para avaliar uma produção textual? Tais critérios de avaliação são eficientes para o público do Enem? Os mesmos são levados ao conhecimento do avaliado? Como ocorre o retorno da avaliação para o interessado? Com qual objetivo é atribuída uma nota?

São vários os questionamentos que se impõem, quando se trata de uma avaliação em larga escala, como a do Enem. De fato, trata-se de um procedimento avaliatório aplicado em um país que apresenta um *déficit* educacional muito grande em relação a outros países, conforme afirma Faraco (2014, p. 1),

Nós, no Brasil, temos, infelizmente, alguns déficits historicamente acumulados nessa área. Não conseguimos ainda universalizar a Educação Média – quando os países mais avançados já o fizeram entre 1950 e 1960. Estamos, portanto, meio século atrasados neste quesito.

Não se pode esquecer de que a produção textual do Enem ocorre em uma sociedade onde há um índice de escolaridade deficiente, o que propicia um processo de escolarização com um nível de letramento aquém do desejado.

Cabe salientar que o termo escolarização, mesmo que apresente diversas significações, deve ser percebido como uma prática institucionalizada de ensino e, como tal, objetiva a formação integral do indivíduo de maneira contínua, com vista a alcançar um produto final. Já o letramento, que não é sinônimo de alfabetização, pois não se trata da simples aquisição do código escrito, pode ser entendido como um conjunto de práticas sociais culturalmente constituídas e socialmente situadas. Dessa forma, pode-se constatar que o processo de letramento não se limita ao ambiente escolar. Consoante aos escritos de Soares (2000), a definição de letramento ultrapassa o que se entende por alfabetização, pois se trata de um processo mais completo. Segundo a autora,

Letramento é o estado em que vive o indivíduo que não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e escrita que

circulam na sociedade em que vive: sabe ler e lê jornais, revistas, livros; sabe ler e interpretar tabelas, quadros, formulários, sua carteira de trabalho, suas contas de água, luz, telefone; sabe escrever e escreve cartas, bilhetes, telegramas sem dificuldade, sabe preencher um formulário, sabe redigir um ofício, um requerimento. São exemplos das práticas mais comuns e cotidianas de leitura e escrita; muitas outras poderiam ser citadas. (SOARES, 2000, p. 5).

Dessa forma, pode-se inferir que as redações de muitos alunos com a linguagem escrita e com a cultura letrada são ainda incipientes. Isso se torna visível pela constatação das dificuldades com a leitura e compreensão de textos, bem como pelas limitações com a produção textual, referentes às construções escritas dos alunos do Ensino Superior, remanescentes dos cursos de Ensino Médio. Segundo Faraco (2014, p. 2),

É no interior desse complexo quadro que vai ocorrer o ENEM um exame de avaliação geral da educação média que inclui uma prova de produção de um texto; e que deixou de ser apenas um exame de diagnóstico e passou a ter caráter classificatório para efeitos de ingresso na educação superior, o que amplifica enormemente nossa responsabilidade de avaliadores.

Com o intuito de possibilitar a correção dos textos produzidos, a partir dos padrões de competências linguísticas desenvolvidas ao longo dos anos de educação básica, o INEP elaborou a Matriz de Correção. Trata-se de documento utilizado para aquilatar o referido exame, auxiliando candidatos a escrever textos adequados, como também os examinadores no momento da correção.

1.2 A PROVA DE REDAÇÃO DO ENEM

A redação solicitada aos candidatos do Enem deve ser escrita em Língua Portuguesa, privilegiando a norma culta, e estruturada na forma de texto em prosa do tipo dissertativo-argumentativo, a partir de um tema de ordem social, científica, cultural ou política. No que concerne às notas do Enem, as instituições que as utilizam, como critério de seleção, têm autonomia para definir o valor de nota que darão a cada prova. Já para a seleção ao ProUni, a redação vale 50% da média geral.

Com relação à forma de julgar a produção textual do Enem, o texto produzido pelo candidato será avaliado por, pelo menos, dois professores, de maneira

autônoma, tendo em vista que um não conhece o outro, e os dois não terão ciência da nota que cada um atribuiu à redação corrigida. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências desenvolvidas durante os anos de escolaridade.

- Os critérios para corrigir a produção textual dos candidatos são pautados em uma planilha de cinco competências, apresentada no Guia de Redação do Participante (BRASIL, 2012, p. 8), confeccionado para auxiliar e orientar os candidatos.
- Competência 1 – Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.
- Competência 2 – Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.
- Competência 3 – Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.
- Competência 4 – Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos, que dizem respeito à estruturação lógica e formal entre as partes de um texto, necessários para a construção da argumentação.
- Competência 5 – Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.

O redator deve construir um texto, uma unidade textual, em que defenderá uma tese, um ponto de vista a respeito do tema proposto, pautado em argumentos que se fundamentam de maneira coerente e coesa, priorizando a norma padrão da Língua Portuguesa escrita.

Ao final, o candidato apresentará uma proposta de intervenção social, referente à competência 5, que respeite os direitos humanos, com vista à problemática suscitada pelo tema. Segundo Andrade e Rabelo (2007, p. 12),

O Enem busca verificar como o conhecimento assim construído pode ser efetivado pelo participante por meio da demonstração de sua autonomia de julgamento e de ação, de atitudes, valores e procedimentos diante de situações-problema que se aproximem, o máximo possível, das condições reais de convívio social e de trabalho individual e coletivo.

Como se trata de uma avaliação em larga escala, que, além de identificar a real situação dos sistemas de ensino por meio da aprendizagem do aluno, busca

selecionar candidatos para cursar o Ensino Superior, a redação se torna o elemento decisivo para a maior obtenção de pontos em toda a avaliação.

Diante do exposto, a pergunta que o avaliador da produção textual se faz é **o quê e como avaliar?** É a partir de tais indagações que se configura uma Matriz de Correção (BRASIL, 2013; 2014), elaborada por especialistas da instituição organizadora, o INEP, com o objetivo de auxiliar os corretores no momento crucial da sua tarefa. Andrade e Rabelo (2007, p. 14) afirmam que,

De acordo com a metodologia prevista pelo INEP para o ENEM, a proposta para a redação é elaborada de forma a possibilitar que os participantes, a partir dos subsídios oferecidos, realizem uma reflexão escrita sobre um tema de ordem política, social e cultural, em uma tarefa identificada como uma situação - problema. Esse foi, então, o princípio utilizado para o treinamento da equipe.

Como se pode constatar, a Matriz de Competências (BRASIL, 2013a; 2014) é o principal instrumento de correção, constituindo-se o elemento fundamental de apoio do corretor.

1.3 METODOLOGIA DE CORREÇÃO DA REDAÇÃO DO ENEM

Como visto anteriormente, a produção textual do Enem é avaliada por meio de competências, assim como a prova objetiva do referido exame. A proposta para a elaboração do texto é composta por textos motivadores, atuais, apresentados a partir de diferentes códigos e pontos de vista diversos, que incitam a reflexão do participante, junto à leitura do mundo que o cerca, sobre o tema trabalhado.

Certamente, o que se espera do candidato é que ele conjugue os conhecimentos escolares obtidos ao longo dos anos à bagagem oriunda da própria vivência. É importante mencionar que os temas são apresentados a partir de problemáticas diversificadas, de natureza social, política, científica ou cultural, para as quais o redator deverá construir um texto que privilegie todos os critérios de avaliação pautados nas cinco competências expostas na Matriz de Referência utilizada na correção da produção textual.

As redações construídas pelos participantes são corrigidas por avaliadores, profissionais da área de Letras, com especialidade em Língua Portuguesa, selecionados e capacitados pelo INEP/MEC. Cada texto é corrigido por dois

corretores, que desconhecem a nota arbitrada pelo colega. Se as notas atribuídas, pelos dois corretores, divergirem em dois pontos, haverá discrepância e será convocado um terceiro corretor para avaliar o texto. Assim sendo, a terceira nota prevalecerá em relação às duas anteriores.

O documento intitulado Fundamentação Teórica Metodológica do Enem (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2005, p. 114) apresenta os critérios de correção para a redação:

Os critérios de avaliação baseiam-se nas cinco competências expressas na matriz do Enem traduzidas para a situação específica de produção de texto. Cada competência desdobra-se em níveis correspondentes aos conceitos Insuficiente, Regular, Bom e Excelente, quantificados da seguinte maneira: nível 1, nota 2,5; nível 2, nota 5,0; nível 3, nota 7,5 e nível 4, nota 10,0.

A nota global da Redação é aferida pela média aritmética simples das notas atribuídas a cada uma das cinco competências e o resultado convertido em escala centesimal.

A redação que não atende à proposta da prova (tema e estrutura) recebe o conceito D – Desconsiderada; a redação em forma de poema é desconsiderada, conforme instrução que consta da proposta de redação. A redação absolutamente ilegível também é desconsiderada (por total impossibilidade de leitura), assim como aquela que fere os direitos humanos. Os variados casos de redação desconsiderados recebem a nota zero.

Quando é apresentada totalmente em branco ou em até sete linhas escritas, título exclusive, a redação recebe o conceito B – em branco. Finalmente, quando a redação é apresentada com palavrões, desenhos ou outras formas propositadas de anulação, recebe o conceito N – nula e a nota zero.

É um processo de correção minucioso, para o qual são preparados profissionais no intuito de se adequarem à metodologia aplicada pelo INEP/MEC.

1.4 MOTIVAÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DO PRESENTE ESTUDO

A avaliação de textos escritos é a maior preocupação dos professores de Língua Portuguesa, ao lecionarem aulas de Produção Textual. Em tempos de Enem, as aulas de redação adquiriram um novo formato, uma vez que se tornou relevante apresentar aos alunos como é construído um texto de acordo com as exigências do referido exame avaliatório.

Certamente a grande novidade da redação do Enem é solicitar ao participante a elaboração de uma proposta de intervenção social, respeitando os direitos

humanos, para o problema abordado. Tal proposta, que diz respeito à competência 5 da planilha de correção da produção textual do Enem, deve considerar cada item abordado na argumentação construída pelo candidato, pois, dessa forma, é mantido um elo entre a tese desenvolvida no texto e a coerência com os argumentos utilizados nas pretensas formas de solução para a questão discutida. O candidato deverá construir propostas o mais possível, consistentes, com desenvolvimento de ideias plausíveis.

Antes de elaborar a proposta, o redator deve se ater às perguntas: Como implantar as formas de intervenção? Quem são os agentes que poderiam auxiliar em tal ação? Que finalidades estariam implicadas na proposta? (para quê?). Se o candidato responder a esses questionamentos, ele poderá atingir os níveis 4 e 5 da competência V. Conseguir tal pontuação é um grande desafio tanto para quem constrói o texto, como para quem avalia o mesmo, sendo certo que é tênue a linha entre os níveis 4 e 5, conforme apresenta Guia do Participante do INEP (BRASIL, 2013a, p. 23).

200 pontos (nível 5) Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.

160 pontos (nível 4) Elabora bem proposta de intervenção relacionada ao tema e articulada à discussão desenvolvida no texto.

A frágil descrição dos referidos níveis é motivo de preocupação para os professores de Língua Portuguesa, que lecionam em instituições de ensino, e, possivelmente, para avaliadores do exame. Avaliar o desempenho da competência 5, a partir dos níveis 4 e 5, restringe-se a distinguir o que é uma proposta muito bem elaborada e detalhada, de uma outra bem elaborada. Daí surgiu a necessidade de verificar o tratamento dado pelos participantes à proposta de intervenção social requerida pela banca de examinadores do Enem, tendo em vista que os níveis 4 e 5 dessa competência apresentam uma proximidade muito grande para efeitos de correção.

1.5 OBJETIVO E JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O presente estudo surgiu da motivação para analisar as produções textuais de participantes do Enem 2013, na construção da resposta à competência V. Dessa forma, o objetivo do presente estudo é avaliar a produção escrita de candidatos inscritos no Enem 2013, que conseguiram os níveis 4 ou 5, nas propostas de intervenção, descritos na competência V da Matriz de Referência, para a correção da produção textual do exame.

Há a intenção de identificar as estratégias utilizadas, ao construir a intervenção social para a situação-problema abordada, conforme exigido nas disposições apresentadas na Matriz de Referência, que instrui a construção da referida competência.

Cabe mencionar que a intervenção proposta pelo participante deve apresentar relação com os argumentos expostos no texto, com vista a inibir as 'receitas prontas' oriundas de conclusões sem inovação. O que realmente é avaliado é o detalhamento da proposta, dos meandros que a tornarão exequível em sociedade. De acordo com as palavras de Rodrigues et al. (2007, p. 198),

A forma por meio da qual o texto 'aponta para o seu autor' está estreitamente relacionada com as maneiras pelas quais esse autor, adequando-se às normas da comunidade onde o seu discurso irá circular, deixa-se perceber em seu próprio dizer.

Na verdade, trata-se de uma construção textual que foge da procura de relações simplistas e lineares, limitadas a estruturas fixas, tal qual um manual de instrução, por vezes aprendidas em cursos preparatórios e nas aulas de Produção Textual nas escolas regulares.

Uma vez que a Matriz é a base para o trabalho dos avaliadores, no momento de correção da produção textual do Enem, nada mais elucidativo do que entender quais os caminhos percorridos pelos candidatos para alcançar um texto coerente, coeso, bem estruturado.

Este trabalho possui caráter interdisciplinar, uma vez que foram utilizadas contribuições oriundas de outras áreas do conhecimento, como a Linguística Textual, no que se refere à produção escrita, bem como as contribuições de estudos

pedagógicos, como os de Perrenoud, e estudos sobre a avaliação da produção escrita.

Pelo levantamento da literatura pertinente, realizado até o momento, a autora verificou a escassez de estudos sobre a Competência V, uma vez que se trata de uma inovação trazida pela proposta textual do Enem. Essa falta de estudos pode ser facilmente constatada em pesquisas a contribuições acadêmicas de autores oriundos das áreas Linguística e Pedagógica. Assim, o estudo adquiriu maior destaque, tendo em vista que analisou o tratamento dado à avaliação da produção textual por meio de um prisma ainda não analisado: o desempenho da competência 5 pelos participantes do Enem.

Ressalta-se que o presente estudo apresenta, implicitamente, uma proposta de ampliação do diálogo entre as produções acadêmicas acerca do tema e a realidade das aulas de Produção Textual em escolas públicas e privadas, o que amplia sua relevância social. Em síntese, o trabalho pretende entender a forma como os candidatos argumentam os respectivos posicionamentos relacionados à quinta competência, diante de possíveis soluções para a situação problema apresentada.

2 COMPETÊNCIAS DA MATRIZ DE REFERÊNCIA PARA A CORREÇÃO DA PRODUÇÃO TEXTUAL DO ENEM

2.1 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Os conceitos de competência e habilidade são estudados no âmbito educacional e abordados a partir de diferentes pontos de vista. Convém salientar que o termo competência não possui uma noção clara, tanto que Perrenoud (1999, p. 19) declara: “não existe uma definição clara e partilhada de competências. A palavra tem muitos significados e ninguém pode pretender dar a definição.”

Segundo o dicionário Houaiss, a palavra competência possui os significados:

- 1- Atribuição, jurídica ou consuetudinária, de desempenhar certos encargos ou de apreciar ou julgar determinados assuntos: competência de um tribunal.
- 2- Capacidade decorrente de profundo conhecimento que alguém tem sobre um assunto: recorrer à competência de um especialista.

Perrenoud (1999, p. 7) define competência: “São múltiplos os significados de competência. Eu a definirei aqui como sendo uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles.”

O Documento Básico do Enem (BRASIL, 1998) apresenta as seguintes definições sobre competências e habilidades:

Competências – são modalidades estruturais e estruturantes da inteligência, ou melhor, são ações e operações mentais (“saber aprender”) que realizamos ao estabelecer relações com objetos, situações, fenômenos e pessoas, assim como as relações entre eles.

Habilidades – são ações e operações práticas decorrentes dos saberes transformados em competências.

A orientação apresentada no referido documento, para a avaliação do Enem, estabelece que se deve verificar se o aluno apresenta habilidade para ler e interpretar textos de linguagem verbal, visual (fotos, mapas, pinturas, gráficos, entre outros) e enunciados, bem como se tem habilidade para identificar e selecionar informações centrais e periféricas; inferir informações, temas, assuntos, contextos; justificar a adequação da interpretação; compreender os elementos implícitos de

construção do texto, como organização, estrutura, intencionalidade, assunto e tema; analisar os elementos constitutivos dos textos, de acordo com sua natureza, organização ou tipo; e comparar os códigos e linguagens entre si, reelaborando, transformando e reescrevendo (resumos, paráfrases e relatos).

Para Perrenoud (1999, p. 2), competência se refere a

Uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles. Para enfrentar uma situação da melhor maneira possível, deve-se, via de regra, pôr em ação e em sinergia vários recursos cognitivos complementares, entre os quais estão os conhecimentos.

O autor destaca que a ideia de competência indica um acervo de conhecimentos e experiências que o indivíduo possui, para resolver questões de forma criativa, a ponto de estabelecer novos direcionamentos.

Assim sendo, o conceito de competência não está atrelado a um conteúdo específico propriamente dito, antes se correlaciona à capacidade de cumprir uma tarefa, solucionar um problema, com êxito, ainda que com uma certa complexidade. Insta salientar que não se pode tratar de competências sem relacioná-las com as habilidades.

De acordo com Moretto (2002, p. 50-54),

As habilidades estão associadas ao saber fazer: ação física ou mental que indica a capacidade adquirida. Assim, identificar variáveis, compreender fenômenos, relacionar informações, analisar situações-problema, sintetizar, julgar, correlacionar e manipular são exemplos de habilidades.

No presente estudo, é importante evidenciar que as Diretrizes do Ensino Médio se referem às competências idealizadas para o Ensino Médio como um todo, baseadas em dois conceitos primordiais: a interdisciplinaridade e a contextualização, de acordo com a publicação do INEP (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 1999, p. 10):

- I. Demonstrar domínio básico da norma culta da Língua Portuguesa e do uso das diferentes linguagens: matemática, artística, científica, etc.
- II. Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos

histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.

- III. Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para enfrentar situações-problema, segundo uma visão crítica com vista à tomada de decisões.
- IV. Organizar informações e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para a construção de argumentações consistentes.
- V. Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, considerando a diversidade sociocultural como inerente à condição humana no tempo e no espaço. (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 1999, p. 10).

No mencionado documento, competência e habilidade estão conectadas às áreas de conhecimento, sem, contudo, incluir a explanação do conceito dos mesmos. Já nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCNEM) estão elencadas as competências e habilidades de cada área do conhecimento e das respectivas disciplinas que as constituem. No entanto, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), competências e habilidades também não estão expressamente conceituadas.

Na prática, não é possível dissociar o conceito de competência de habilidade. Certamente as habilidades decorrem das competências e se caracterizam pelo contexto do saber fazer, sempre estando associadas a uma ação - física ou mental - indicadora de capacidade adquirida.

Identificar, relacionar, aplicar, analisar, avaliar, manipular com destreza seriam capacidades ou habilidades adquiridas. O desenvolvimento das habilidades deve perseguir a existência das competências.

2.2 AS COMPETÊNCIAS DA PRODUÇÃO TEXTUAL DO ENEM

O Exame Nacional do Ensino Médio busca avaliar as estruturas mentais que são desenvolvidas a partir da junção de novos conhecimentos, por meio do diálogo com o meio físico e social ao longo da vida do educando, principalmente no que tange às experiências relacionadas com as atividades escolares.

O modelo de avaliação do ENEM foi desenvolvido com ênfase na aferição das estruturas mentais com as quais construímos continuamente o conhecimento e não apenas na memória, que,

importantíssima na constituição dessas estruturas, sozinha não consegue fazer-nos capazes de compreender o mundo em que vivemos. (BRASIL, 2005, p. 7).

As competências subjacentes à avaliação do Enem estão em conformidade com as competências desenvolvidas ao longo da vida escolar do aluno. Pode-se inferir que tal processo de avaliação engendra competências e habilidades gerais, que não são estabelecidas por áreas de conhecimento. Dessa forma, o que se tem são cinco competências divididas em 21 habilidades, ressaltando que algumas delas se articulam em outras mais específicas, que são avaliadas por meio de 180 questões e uma redação.

No que tange à produção textual, a correção é feita por meio de uma Matriz de Referência (BRASIL, 2012; 2013a), que apresenta os níveis de competência para a observância dos textos produzidos pelos participantes, está baseada nas competências linguísticas que os indivíduos desenvolvem no percurso da vida escolar, conforme a descrição do Guia do Participante (Brasil, 2013)

A Matriz em questão é construída por profissionais especializados do MEC e do INEP, com o intuito de auxiliar os avaliadores a corrigir os textos produzidos pelos participantes do referido processo avaliativo.

➤ **Competência 1 – Demonstrar domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa**

Nesta primeira competência, será avaliado o domínio da modalidade escrita formal da língua, na construção do texto. Assim sendo, com o intuito de atender a esse item, é necessário que o candidato tenha consciência da distinção entre a modalidade escrita e a oral e, da mesma forma, diferencie o registro formal do informal.

Ao redigir o texto, o participante precisa ser coerente na exposição de suas ideias, objetivo e direto, além de empregar um repertório de palavras o mais variado e preciso possível. É imprescindível atentar para a necessidade de que há uma diferença entre o que se utiliza quando se fala oralmente e as normas estabelecidas pela modalidade escrita formal da Língua Portuguesa.

- **Competência 2 – Compreender a proposta de redação e aplicar conceitos das várias áreas de conhecimento para desenvolver o tema, dentro dos limites estruturais do texto dissertativo-argumentativo em prosa.**

O segundo critério a ser avaliado no texto é a compreensão da proposta de redação. Dessa forma, requer-se que o participante escreva um texto dissertativo-argumentativo, comprovando a verdade de uma ideia ou de uma tese. Trata-se de um texto que expõe um aspecto relacionado ao tema proposto, defendendo uma posição, uma tese – não é uma simples exposição de ideias. Assim sendo, o candidato deve evitar a elaboração de um texto de caráter meramente expositivo.

- **Competência 3 – Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista.**

Este terceiro aspecto a ser avaliado na produção do texto é o da forma como o participante seleciona, relaciona, organiza e interpreta informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa do ponto de vista defendido como tese. É preciso que elabore um texto em que apresente, claramente, uma ideia a ser defendida, bem como os argumentos que justifiquem a posição assumida pelo candidato em relação à temática exigida pela proposta de redação. Esta Competência trata da inteligibilidade do texto, ou seja, da sua coerência, da plausibilidade entre as ideias apresentadas.

- **Competência 4 – Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.**

Esta competência tem como finalidade avaliar aspectos que digam respeito à estruturação lógica e formal entre as partes da redação. A organização textual exige que as frases e os parágrafos estabeleçam entre si uma relação que garanta a sequenciação coerente do texto e a interdependência entre as ideias. Tal encadeamento pode ser expresso por conjunções, por determinadas palavras, ou pode ser inferido a partir da articulação dessas ideias. Preposições, conjunções, advérbios e locuções adverbiais são responsáveis pela **coesão** do texto, porque estabelecem uma inter-relação entre orações, frases e parágrafos. Cada parágrafo deve ser composto de um ou mais períodos também articulados; cada ideia nova precisa estabelecer relação com as anteriores. Assim, na produção do texto, devem-

se utilizar variados recursos linguísticos que garantam as relações de continuidade essenciais à elaboração de um texto coeso.

➤ **Competência 5 – Elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos.**

A última competência a ser avaliada no texto é a da apresentação de uma proposta de intervenção para o problema abordado. Nesse caso, esse quesito trata de uma inovação de um concurso com a magnitude do Enem, pois, até então, nenhum outro processo seletivo, no Brasil, havia contemplado esse tipo de competência. A redação, além de apresentar uma tese sobre o tema, apoiada em argumentos consistentes, deve oferecer uma proposta de intervenção na vida social.

Essa proposta deve considerar os pontos abordados na argumentação, deve manter vínculo direto com a tese desenvolvida no texto e coerência com os argumentos utilizados, já que expressa a sua visão, como autor, das possíveis soluções para a questão discutida. A proposta de intervenção precisa ser detalhada de modo a permitir ao leitor o julgamento sobre sua exequibilidade, portanto, deve conter a exposição da intervenção sugerida e o detalhamento dos meios para realizá-la. A proposta deve, ainda, refletir os conhecimentos de mundo de quem a redige, e a coerência da argumentação há de se constituir em um dos aspectos decisivos no processo de avaliação. É necessário que ela respeite os direitos humanos, que não rompa com valores como cidadania, liberdade, solidariedade e diversidade cultural.

2.3 A COMPETÊNCIA V DA MATRIZ DE REFERÊNCIA

O último aspecto a ser avaliado na redação do Enem é a construção de uma proposta de intervenção para a situação-problema apresentada. Assim sendo, o texto deve apresentar uma tese sobre o tema e ainda oferecer uma proposta de intervenção na vida social. O Guia do Participante (BRASIL, 2013a, p. 22) apresenta as seguintes determinações acerca da proposta:

Essa proposta deve considerar os pontos abordados na argumentação, deve manter vínculo direto com a tese desenvolvida no texto e coerência com os argumentos utilizados, já que expressa a sua visão, como autor, das possíveis soluções para a questão

discutida. A proposta de intervenção precisa ser detalhada de modo a permitir ao leitor o julgamento sobre sua exequibilidade, portanto, deve conter a exposição da intervenção sugerida e o detalhamento dos meios para realizá-la.

Faz-se necessário conhecer os pressupostos conceituais implícitos, que fundamentam a competência V, uma vez que ela se relaciona diretamente com o conceito de direitos humanos. Dessa forma, torna-se conveniente conhecer o que a doutrina apregoa como direitos humanos. Tobenãs (1976, p. 13) conceitua direitos humanos como

Aqueles inerentes à pessoa humana – considerada tanto em seu aspecto individual como comunitário – que correspondem a esta em razão de sua própria natureza (da essência ao mesmo tempo corpórea, espiritual e social) e que devem ser reconhecidos e respeitados por todo poder e autoridade, inclusive as normas jurídicas, cedendo, não obstante, em seu exercício, ante as exigências do bem comum.

Para Comparato (2007, p. 1), deve-se observar a importância do estudo dos direitos humanos:

A revelação de que todos os seres humanos, apesar das inúmeras diferenças biológicas e culturais que os distinguem entre si, merecem igual respeito, como únicos entes no mundo capazes de amar, descobrir a verdade e criar a beleza. É o reconhecimento universal de que, em razão dessa radical igualdade, ninguém – nenhum indivíduo, gênero, etnia, classe social, grupo religioso ou não – pode afirmar-se superior ao demais.

As discussões acerca dos direitos humanos, bem como a do fortalecimento da cidadania no País é ratificada por tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Os princípios norteadores do ordenamento jurídico, que privilegiam tais direitos, são os da Declaração Universal de Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948), assim como da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que define o Brasil como um Estado Democrático de Direito, cujos fundamentos são a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

É interessante ressaltar que a expressão Direitos Humanos é um exemplo de metalinguagem, ou seja, é autoexplicativa, por si só já explica o próprio significado,

quando é mencionada. Ainda se pode acrescentar que a terminologia direitos humanos nada mais é do que o conjunto de direitos do homem, cujo princípio maior é a proteção dos valores absolutos da pessoa humana, que conservam a solidariedade, a igualdade, a fraternidade, a liberdade e a sua dignidade.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1948) assegura plenamente os direitos humanos, ao considerar o reconhecimento dos princípios da dignidade da pessoa humana,

A Assembleia Geral das Nações Unidas proclama a presente "Declaração Universal dos Direitos do Homem" como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

Artigo 1º

Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

O desrespeito aos direitos humanos configura-se pela afronta ao bem jurídico de ordem imaterial protegido no referido documento.

Além desses princípios, a Constituição da República Federativa do Brasil, Carta Magna de 1988, logo no Artigo 1º, em que se encontram os Princípios Fundamentais, enfatiza:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

A Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) estabelece, no Artigo 2º, os Princípios e Fins da Educação Nacional.

Art. 2º - A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996).

Por meio desses pressupostos, a partir de 2003, a Educação em Direitos Humanos ganhou o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, revisto em 2006, com o intuito de ser uma política educacional do Estado voltada para cinco áreas: educação básica, educação superior, educação não formal, mídia e formação de profissionais dos sistemas de segurança e justiça. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2003, p. 26) conclui:

A implementação do Plano Nacional de educação em Direitos Humanos visa, sobretudo, difundir a cultura de direitos humanos no país. Essa ação prevê a disseminação de valores solidários, cooperativos e de justiça social, uma vez que o processo de democratização requer o fortalecimento da sociedade civil, a fim de que seja capaz de identificar anseios e demandas, transformando-as em conquistas que só serão efetivadas, de fato, na medida em que forem incorporadas pelo Estado brasileiro como políticas públicas universais.

O referido documento é o resultado de um esforço da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, do MEC e do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, com o intuito de fomentar as diversas formas de acesso às ações de educação, ressaltando os valores de respeito, tolerância, solidariedade, fraternidade, justiça social, inclusão, pluralidade e sustentabilidade.

O candidato ao Enem, ao construir a redação, deve observar não somente a intervenção social para a situação problema, porém deve atentar para uma proposição que respeite todos os pressupostos concernentes aos direitos humanos, preservando a liberdade, bem como a diversidade cultural presente em nossa sociedade.

2.4 OS NÍVEIS DE CORREÇÃO DA COMPETÊNCIA V

A Matriz de Referência, para a correção da produção textual do Enem, apresenta a competência V, dentre as outras utilizadas para efetivar tal processo avaliatório. Dessa forma, foi criado o Guia de Redação do Participante (BRASIL

2013a), elaborado para auxiliar e orientar o interessado em redigir uma redação bem construída. Assim sendo, o documento descreve cada um dos critérios utilizados pelos examinadores na correção.

Para a correção de cada texto produzido, o avaliador deve analisar cinco competências que norteiam o Enem e devem ser desenvolvidas pela escola ao longo dos anos de Educação Básica do aprendiz. Destaca-se, ainda, que o referido Exame tem fundamento nos PCN, que são a referência básica para a elaboração das matrizes de referência. Os PCN foram elaborados para difundir os princípios da reforma curricular e orientar os professores na busca de novas abordagens e metodologias (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS, 2014b).

A competência V requer do participante a elaboração de uma proposta de intervenção, com o intuito de apresentar soluções para a situação – problema destacada na proposta de redação, respeitando os direitos humanos. Dessa forma, a competência V indica dois tópicos para avaliação: a proposta de intervenção social e o respeito aos direitos humanos.

A avaliação dessa Competência é pautada na forma como o candidato fundamenta a proposta, bem como na plausibilidade indicada nas ações arbitradas no texto. Sugestões infundadas, pouco relacionadas com o tema em questão, pouco plausíveis, conduzem à perda de pontos, a partir de uma gradação de níveis, que vai da ausência de proposta e da proposta precária, ou mesmo insuficiente, relacionada ao tema de forma mediana, articulada com a discussão e bem elaborada e, com pontuação máxima, muito bem elaborada e detalhada.

A avaliação da competência V é desenvolvida a partir dos seguintes níveis e critérios, conforme Manual de Capacitação dos Avaliadores (BRASIL, 2013b):

Nível 0 - Não apresenta ou apresenta proposta não relacionada ao tema ou ao assunto.

Nível 1 - Apresenta proposta de intervenção vaga, precária ou relacionada apenas ao assunto.

Nível 2 - Elabora, de forma insuficiente, proposta de intervenção relacionada ao tema, ou não articulada com a discussão desenvolvida no texto.

Nível 3 - Elabora, de forma mediana, proposta de intervenção relacionada ao tema, e articulada à discussão desenvolvida no texto.

Nível 4 - Elabora bem a proposta de intervenção relacionada ao tema, e articulada à discussão desenvolvida no texto.

Nível 5 - Elabora muito bem a proposta de intervenção relacionada ao tema, e articulada à discussão desenvolvida no texto.

Se o participante elaborar uma proposta que fere os direitos humanos, o texto é desconsiderado na competência em questão.

Pode-se constatar, por meio dos valores expostos em vários textos de ordem legislativa, que, ao desenvolver uma proposta de intervenção para o problema focalizado no tema de Redação do Enem, pretende-se verificar formas de exercitar a cidadania. Na LDB nº 9.394/96, tem-se entre as finalidades do Ensino Médio (art.35): “II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.” (BRASIL, 1996).

Nos PCN de Língua Portuguesa (BRASIL, 1998), consta o objetivo do Ensino Fundamental:

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito.

Ainda sobre o assunto, os PCNEM (BRASIL, 2000, p. 13) mencionam: “A perspectiva é de uma aprendizagem permanente, de uma formação continuada, considerando como elemento central dessa formação a construção da cidadania em função dos processos sociais que se modificam.”

Para o INEP, o grande objetivo da competência V é constatar a formação de um cidadão pensante, crítico, que busca saídas criativas para problemas sociais. Não é de se estranhar que o Enem invista em uma das cinco competências presentes na Matriz de Referência para a correção da redação, com o intuito de avaliar a proposta de ação do participante, devendo a mesma estar de acordo com os valores encerrados pelos direitos humanos, nas vertentes cultural, política, educacional, social, entre outras. Andrade e Rabelo (2007, p. 17) assinalam que

O Enem busca verificar como o conhecimento assim construído pode ser efetivado pelo participante por meio da demonstração de sua autonomia de julgamento e de ação, de atitudes, valores e procedimentos diante de situações problema que se aproximem, o

máximo possível, das condições reais de convívio social e de trabalho individual e coletivo.

A proposta de solução construída pelo participante não se trata de uma solução estanque, com argumentos fora da realidade, divergentes com as possibilidades do mundo real. A resolução delineada pelo participante necessita de uma relação de coerência com os argumentos escolhidos e explanados no desenvolvimento do texto, não se trata de uma conclusão construída por meio de fórmulas fechadas, prescritivas como uma receita de bolo. Nesse caso, o que realmente importa é a capacidade de autoria do candidato.

2.5 O QUE É TEXTO

Uma vez que a redação do Enem é concebida como uma fase de grande relevância, dentro de todo o processo avaliativo, faz-se necessário delinear uma breve explicitação do conceito de texto, bem como dos critérios fundamentais da textualidade, que fundamentam as propriedades inerentes à sequência dissertativa - argumentativa.

Vários são os questionamentos engendrados pelos linguistas acerca das definições sobre texto. Koch (1984, p. 30) concebe o texto como processo dinâmico e interacional:

Um texto se constitui enquanto tal no momento em que os parceiros de uma atividade comunicativa global, diante de uma complexa rede de fatores de ordem situacional, cognitiva, sociocultural e interacional, são capazes de construir, para ela, determinado sentido.

Segundo a autora, texto implica uma atividade verbal, que se manifesta por meio de elementos linguísticos propostos e selecionados pelos falantes, durante a ação verbal. Importa também dizer que os envolvidos, nesta ação, interagem, não decodificam apenas os conteúdos inseridos em tal processo, uma vez que há uma ativação de estratégias e processos que envolvem atenção, percepção, memória, raciocínio, juízo, imaginação, pensamento e linguagem.

Para Bronckart (1999, p. 75), texto é “toda unidade de produção de linguagem situada, acabada e autossuficiente”. Em contrapartida, Marcuschi (2008, p. 79), considera que “o texto se dá como um ato de comunicação unificado num

complexo universo de ações alternativas e colaborativas”, nas quais não se deve considerar apenas uma vasta construção de frases unidas entre si, por meio de regras gramaticais rígidas, mas também há de se considerar as relações construídas entre os indivíduos, que resultam em um ato de comunicação.

Fiorin (1990, p. 12) considera o texto como uma unidade linguística, que não pode ser percebida como algo isolado, nem pode ser compreendido apenas por meio do viés apresentado por quem o concebeu. Pode-se relacionar a essa concepção de texto as palavras de Koch e Travaglia (2008, p. 8):

Texto será entendido como unidade linguística concreta (perceptível pela visão ou audição), que é tomada pelos usuários da língua (falante, escritor/ouvinte, leitor), em uma situação de interação comunicativa, como uma unidade de sentido e como preenchendo uma função comunicativa reconhecível e reconhecida, independente de sua extensão.

Texto pode ser considerado o resultado de um fenômeno linguístico: a capacidade de comunicação do ser humano, que precisa seguir alguns pressupostos para ser efetivamente realizado.

Uma construção textual não se trata de um conjunto de frases casuais, organizadas em parágrafos. A textualidade é o fator responsável por caracterizar uma manifestação linguística como texto. Val (1999, p. 5) define textualidade como o conjunto de características que fazem com que um texto seja texto, e não apenas uma sequência de frases. Dessa forma, Beaugrande e Dressler (apud VAL, 1999, p. 10) determinaram sete critérios, que também podem ser chamados de princípios, para que um texto seja reconhecido como tal: coesão, coerência, aceitabilidade, informatividade, intencionalidade, intertextualidade e situacionalidade.

Os elementos coesão e coerência estão relacionados a aspectos linguísticos do texto. Já aceitabilidade, informatividade, intencionalidade, intertextualidade e situacionalidade são princípios referentes a fatores pragmáticos, pois estão concentrados no próprio ato de comunicar.

A coesão pode ser considerada como um dos principais elementos constitutivos da textualidade, porém a sua ausência não obstrui a produção do texto, por isso nem sempre é de uso obrigatório para compreender a produção textual, está vinculada à sequencialidade textual.

O elemento coerência está relacionado ao sentido, é a confirmação de que não houve contradição entre as partes de um texto. Como afirma Marcuschi (2008, p. 121), “a coerência é, sobretudo, uma relação de sentido que se manifesta entre os enunciados, em geral de maneira global e não localizada.”

A intencionalidade diz respeito à intenção do autor, tendo em vista que o redator escreve sobre um determinado assunto, que se trata da real motivação para esse processo. Para Marcuschi (2008, p. 127), “é difícil identificar a intencionalidade porque não se sabe ao certo o que observar.” Já a aceitabilidade é o critério relacionado ao modo como o leitor aceitará, bem como entenderá o texto. O critério situacionalidade, como bem lembra Marcuschi (2008, p. 128), [...] “não só serve para interpretar e relacionar o texto ao seu contexto interpretativo, mas também para orientar a própria produção.”

Ainda há a intertextualidade, critério este atrelado às relações de um texto com outras construções textuais. A informatividade é o elemento do texto que busca transmitir uma informação ao leitor. O autor de um texto pretende comunicar algo ao leitor, por meio de sua construção.

É conveniente realçar que a produção textual do Enem é de tipologia dissertativo-argumentativa, conforme apresenta o Guia de Redação do Enem (BRASIL, 2013a, p. 7),

A prova de redação exigirá de você a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às “competências” que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Nessa redação, você deverá defender uma tese, uma opinião a respeito do tema proposto, apoiada em argumentos consistentes estruturados de forma coerente e coesa, de modo a formar uma unidade textual.

Trata-se de um texto em que o candidato deverá apresentar pontos de vista construídos em argumentos bem estruturados, fruto do conhecimento adquirido pela leitura ao longo da vida escolar.

A proposta de redação da prova do Enem 2013 abordou o tema Lei Seca, conforme a cópia no Anexo A.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 ABORDAGEM AVALIATIVA

O estudo realizado é de cunho qualitativo, tendo em vista a análise interpretativa do material estudado, com o intuito de fornecer uma descrição dos dados, para desenvolver a discussão. Para Minayo (1992, p. 102), a escolha do método qualitativo merece atenção, pois “numa busca qualitativa, preocupamo-nos menos com a generalização e mais com o aprofundamento e abrangência da compreensão de um grupo social”. Há de se ressaltar ainda o caráter piloto do trabalho, uma vez que o universo estudado foi circunscrito a redações desenvolvidas pelos participantes do Enem 2013.

A abordagem avaliativa utilizada pela autora foi a centrada em objetivos, pois o estudo tem a finalidade de verificar em que medida os propósitos inseridos na competência V foram alcançados pelos participantes do Enem 2013. As informações retiradas do estudo poderão servir para auxiliar planejar novos caminhos para aulas de produção textual, bem como para a produção de textos. Segundo Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004), esse tipo de abordagem enfatiza a especificação de metas e objetivos e na determinação da medida em que foram atingidos. Uma característica importante dessa abordagem é que as discrepâncias percebidas entre o desempenho e os objetivos levam a modificações, a fim de corrigir as fragilidades existentes na execução de um programa.

3.2 QUESTÃO AVALIATIVA

As questões avaliativas de um estudo fundamentam as intenções do processo avaliativo. Nas palavras de Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 341), “as avaliações são realizadas para responder perguntas e aplicar critérios de julgamento do valor de alguma coisa. As perguntas avaliatórias dão direção e base de sustentação à avaliação”.

Por meio de uma questão avaliativa, a autora buscou evidências, nas propostas de intervenção social construídas pelos participantes do Enem 2013, residentes na cidade do Rio de Janeiro e oriundos das instituições de ensino públicas e particulares, que constatassem como as estratégias de ordens textual e

pragmática utilizadas demonstraram a solução para a situação-problema, mantendo relação com os argumentos escolhidos.

Ao visualizar tais evidências, foi possível delinear indicadores, fundamentados nas estratégias utilizadas. A expressão indicador é percebida como algo que pode ser observado diretamente e é mensurável. E, por isso, trata-se de um elo entre o dado e a questão avaliativa. Destarte, foi traçada como questão avaliativa do presente estudo:

Em que medida os participantes da edição Enem 2013, selecionados no Rio de Janeiro, utilizaram estratégias textuais e pragmáticas para atender às finalidades propostas pela competência 5 da Matriz de Referência para correção das redações do Enem?

As estratégias textuais estão relacionadas à construção do texto, no que tange a características necessárias, tais como coesão e coerência utilizadas pelo candidato, ao construir a redação. As estratégias pragmáticas, que dizem respeito à forma como o participante construiu a proposta de intervenção social.

3.3 ETAPAS DO ESTUDO

O procedimento de construção metodológica, para este estudo, deu-se a partir da observação e da análise da proposta textual inserida no Enem. Trata-se de uma forma de mostrar não somente a relevância das competências apresentadas na Matriz de Referência, para a correção da referida construção de texto, como também uma maneira de trazer uma contribuição sobre como os candidatos utilizam os artifícios adotados para elaborar a proposta demandada pela competência V da Matriz de Referência.

Como o foco da avaliação foi o próprio texto construído pelo participante do Enem 2013, para a efetivação do estudo, foram solicitadas ao INEP redações de candidatos a essa edição do Enem, oriundos de escolas públicas e privadas da capital do Rio de Janeiro, que receberam os conceitos mais altos na construção da proposta de intervenção social, ou seja, os níveis 5 e 4.

O INEP selecionou as melhores redações de acordo com as características solicitadas para o estudo e disponibilizou 137 redações para a autora.

Os textos foram lidos e analisados e a autora selecionou 20 produções: 10 redações dos participantes que obtiveram 200 pontos (nível 5), e 10 que alcançaram

160 pontos (nível 4), concernentes à competência V. As 10 redações de cada nível foram selecionadas por meio de dois critérios: presença de maior número de possíveis evidências, que levassem à identificação de estratégias textuais e pragmáticas e apresentação de caligrafia, que possibilitasse leitura imediata.

Foi realizada uma leitura analítica, com as devidas reflexões gramaticais dos 20 textos e, a partir desse procedimento, a autora pode visualizar as estratégias utilizadas para responder à proposição inserida na referida competência.

Os critérios estabelecidos, para a análise do objeto, são os previstos nas descrições dos níveis, relativos à competência V, da Matriz de Referência para a corrigir a redação do Enem. Dessa forma, após o exame dos textos, foram constatadas evidências, nas propostas de intervenção, que permitiram estabelecer comparações entre o desempenho dos candidatos. A partir das evidências, a autora conseguiu identificar indicadores nas produções textuais, dentro de cada nível de correção dos textos. Ao final do trabalho, foram construídos quadros de resultados, por meio das evidências encontradas em cada texto, que engendraram indicadores.

Para o nível 5, foram elaborados três quadros para a estratégia textual e um quadro relacionado à estratégia pragmática, com a transcrição de fragmentos das redações analisadas, que comprovavam a existência dos indicadores. Da mesma forma, para as produções de nível 4, foram construídos três quadros concernentes às estratégias textuais, bem como um quadro para a estratégia pragmática.

4 RESULTADOS

Este capítulo apresenta os resultados obtidos por meio da análise das produções textuais selecionadas para o estudo.

4.1 NÍVEIS E ORIGEM DAS REDAÇÕES ANALISADAS

As redações analisadas foram separadas por códigos numéricos. Dessa forma, as produções textuais de 1 a 10 são as que alcançaram nível 5 e as que obtiveram nível 4 foram representadas pelos números de 11 a 20 (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição das redações analisadas por escola de origem e níveis alcançados na correção

Dependência Administrativa da Escola de origem dos candidatos	Redações analisadas	
	Nível 5	Nível 4
Pública	2, 4, 5, 7, 8, 9, 10	13, 16, 17, 20
Privada	1, 6	11, 14, 15, 18
Não informou a instituição escolar	3	12, 19

Fonte: A autora (2015).

As 10 redações de nível 5 estão distribuídas da seguinte forma: 7 de candidatos oriundos de escolas públicas, 2 de instituições particulares e um sem referência de dependência administrativa. As outras 10 construções textuais avaliadas com nível 4, no que concerne à competência 5, são 4 redações provenientes de candidatos de instituições escolares públicas, 4 de colégios particulares e 2 redações de autores que não identificaram a origem da unidade escolar na qual estudaram o Ensino Médio.

4.2 ANÁLISE DAS REDAÇÕES

As redações, que obtiveram nível 5 na competência V, apresentam uma efetiva proposta de intervenção social, pois não mencionam somente uma medida que irá diminuir a quantidade de pessoas embriagadas ao volante, mas fundamentam as estratégias, delineiam formas para alcançar práticas exitosas, que conduzam a uma efetiva solução para a situação problema em questão no tema.

Primeiramente, foram analisadas as redações que obtiveram nível 5, desenvolvidas por candidatos da rede pública de ensino, federal e estadual, após as da rede particular e, por fim, as de origem escolar não mencionada. Posteriormente, foram verificadas as estratégias utilizadas, nas produções textuais que obtiveram nível 4, na competência V, também por candidatos das redes pública e particular, bem como de instituição escolar não identificada.

4.2.1 Redações do Nível 5

A presente seção trata das redações analisadas, que obtiveram nota 5 na competência V.

O produtor da redação nº 2, de colégio público, apresenta um texto avaliado com nota máxima em quase todas as competências, pois está bem estruturado. Trata-se de uma construção dissertativo-argumentativa, na qual a norma culta foi privilegiada, com alguns desvios, além de as ideias estarem organizadas, fundamentando o ponto de vista do participante. Os mecanismos linguísticos estão bem apresentados, no que tange à lógica e à forma.

Com relação à competência V, o redator finaliza o texto com a proposta de intervenção baseada nos seguintes pontos: ação conjunta, por meio de debates sobre os efeitos do álcool no trânsito, além de apresentação de novelas, minisséries e propagandas; ampliação da Lei Seca; aplicação de penas mais graves para infratores. Todas as medidas apresentadas são acompanhadas de possíveis formas de aplicação, com a devida fundamentação.

A análise da competência V, na referida redação, leva a concluir que o participante apresentou uma proposta de intervenção relacionada ao tema, não somente ao assunto, de forma bem elaborada e detalhada. Tal conclusão é possível ao verificar a quantidade de informações levantadas no texto, no decorrer da produção, de maneira clara e fundamentada nos parágrafos anteriores à conclusão, parte esta na qual se encontra a proposta de intervenção.

Figura 1 - Redação nº 2 de candidato ao Enem 2013

Brigas de trânsito, acidentes fatais e inúmeros atropelamentos. Diante dos malefícios causados pelo uso do álcool nas estradas brasileiras, o governo vem adotando medidas para minimizar os efeitos das bebidas alcoólicas no trânsito. Recentemente, uma lei, popularmente conhecida como Lei Seca, foi sancionada com esse objetivo. Felizmente, os resultados confirmam essa melhora, e as estatísticas de implementação dessa lei confirmam são extremamente positivas, embora seja necessário uma conscientização maior.

Nos últimos anos, depois da Lei Seca entrar em vigor, notou-se uma diferença significativa nos números a cerca de acidentes. No Grande Rio, por exemplo, houve uma redução de 27%, segundo dados da ISP-RJ. Já quanto ao número de atendimento hospitalares em decorrência dos acidentes, a redução foi de 13%. Esses números, portanto, comprovam a eficácia dos efeitos da Lei Seca no Brasil.

Mesmo com essa eficácia, muito se duvidou sobre a utilização dos bafômetros para o teste de álcool no sangue. Acreditava-se que esse projeto não daria certo, entretanto, segundo uma pesquisa recente do IBPS, cerca de 97% dos entrevistados aprovam o uso dos bafômetros, um número surpreendente, que reflete uma maior conscientização, ainda que longe do esperado.

Essa conscientização longe do esperado é devido ao reduzido número de “vítimas fatais” no território brasileiro, apenas 6,2%. Esse número representa a tentativa de conscientizar motoristas e população sobre os efeitos fatais do uso de álcool, e com redução menor em comparação aos outros dados acima demonstra que há muito a ser feito para reduzir o número de acidentes fatais.

Portanto, os resultados comprovam os efeitos positivos da implantação da Lei Seca. Entretanto, como exposto, existe alguns desafios em relação ao álcool. Desta forma, constata-se a necessidade de uma ação conjunta entre a Mídia, com debates sobre os efeitos do álcool no trânsito e com novelas e miniséries que abordem esse tema e, o Governo, utilizando-se de uma maior propaganda sobre a problemática do álcool, conscientizando os motoristas, seja comum programa exclusivo para assunto, seja com debates em escolas e Universidades. Podendo o governo também ampliar a Lei Seca, com penas mais graves, em último caso.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2014b).

O redator da produção textual nº 2 inicia o último parágrafo de maneira inadequada, com a conjunção coordenativa conclusiva “Portanto”, uma vez que se trata de conectivo que deveria unir orações, no mesmo domínio de parágrafo, em que se encontram. A ideia concluída, no último parágrafo, está inserida no parágrafo anterior, sendo certo que o conector empregado não poderia iniciar a oração, tendo concluindo o texto por meio de dados mencionados no decorrer da produção textual.

Figura 2 - Redação nº 4 de candidato ao Enem 2013

O Álcool é realmente vilão?

Em nossa sociedade atual, nota-se um aumento significativo na displicência de condutores automotivos. Há constantemente acidentes sendo causados por atitudes relapsas e negligência dos motoristas, o que agrava-se com a ingestão de álcool e derivados, mesmo que mínimo. Um dos assuntos que encontra-se majoritariamente em voga nos tabloides e telejornais, bem como em programas de entretenimento nos meios de comunicação vigentes é o número de acidentes causados por direção adicionada ao alcoolismo, que graças a medidas preventivas do governo, vê a decrescência de seus números, embora permaneçam alarmantes.

Desde a criação da Lei Seca, em dois mil e oito, a sociedade e a mídia vêm pressionando os motoristas para que haja uma conscientização dos males advindos do álcool e a suspensão de seu uso por parte dos mesmos quer estejam guiando um automotor, quer não. A nação tem obtido sucesso com a exigência de que a porcentagem de álcool no sangue seja zero, pois desta maneira, os habilitados veem-se forçados a, impreterivelmente, não utilizarem-se de bebidas alcoólicas. Assim, jovens condutores, que infelizmente são os agravadores dos números de acidentes, após lançarem mão de bebidas, fazem uso do táxi para transporte, evitando contato com a direção.

Dentre todos os bons feitos provenientes da implantação da lei, ainda há uma pergunta que deve ser feita: As medidas governamentais resumirão somente aos testes do bafômetro e blitz policiais, resultantes de algumas detenções, visivelmente temporárias e apreensões de veículos? Pelo que parece, por hora, a resposta para este infortúnio é positiva. Enquanto existir a possibilidade de crime de direção alcoolizada ser tratado como um problema menor na mente da sociedade, as fianças substituirão vidas perdidas pela inconsequência e irresponsabilidade ao volante.

Bem se sabe, que há inúmeras providências a serem tomadas para a resolução do problema, como, por exemplo, a criação de programas conscientizadores nas escolas em centros educacionais, apregoando desde a educação infantil e alfabetização, que álcool, sim, é uma droga entorpecente, e que seu uso traz riscos como vício e a morte; a inserção massiva da ideia de que a equação direção mais embriaguez iguala-se a morte, e é crime, tal qual assassinatos, latrocínios entre outros; e o aumento da penalidade de reclusão de indivíduo cometedor de tal delito. Resolução há, e estas são apenas algumas de incontáveis propostas para a melhoria do sistema, porém, necessário é descruzar braços e tornar realidade o que foi apenas ideia, para que a prevenção venha sem detença.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2014b).

O texto da redação nº 4, redigido por candidato proveniente de escola pública, aborda os efeitos decorrentes da implantação da Lei Seca. O candidato constrói uma produção pautada em informações do dia a dia e chama o leitor à reflexão por meio de indagações no *corpus* textual. No último parágrafo, o redator utiliza a expressão “Bem se sabe”, fazendo com que o leitor seja incluído no assunto, atribuindo a quem lê o conhecimento sobre a explanação.

Ao final, há o registro da proposta de intervenção, que focaliza o álcool como uma droga entorpecente e, por isso, o uso traz riscos aos usuários. Assim sendo, as soluções apresentadas, no texto, são programas de conscientização sobre o álcool

ser uma droga e, dessa forma, o uso não deve ser associado à direção de veículo automotor, bem como o aumento da penalidade para os infratores, às pessoas que insistirem em misturar álcool e direção.

Figura 3 - Redação nº 5 de candidato ao Enem 2013

O Brasil após a lei seca

Quando se lança um olhar crítico sobre o efeito da implantação da lei seca no Brasil, percebe-se que se trata de uma questão complexa cujas raízes estão arraigadas a nossa sociedade. Porém, com a criação da Lei 11.705/2008 está sendo possível reduzir os fatores ainda preocupantes, a imprudência no trânsito e o excesso de velocidade ao volante são os principais fatos que além de formentadores, ainda hoje impossibilitam a extinção e dificultam o controle desse preocupante quadro.

O efeito da implantação da lei seca e a imprudência no trânsito são fatores que estão intimamente relacionados, cada vez mais será necessário esforços conjugados entre governo e sociedade para que, com devido combate à imprudência dos motoristas, seja possível vislumbrar uma sociedade com mais segurança no trânsito.

Além disso, não podemos desconsiderar o papel do excesso de velocidade, que dificulta a manutenção da lei seca instaurada no Brasil. Apenas sociedades que se propuserem a um efetivo combate ao excesso de velocidade nas estradas, poderão obter, a longo prazo, a minoração ou a resolução dessa perigosa combinação álcool e direção.

Portanto, o efeito da implantação da lei seca no Brasil em conjunto com a população que tende a cada vez mais se conscientizar que bebida alcoólica e direção não combinam será certamente possível reduzir ou até mesmo acabar com a imprudência dos motoristas e o excesso de velocidade nas estradas.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2014b).

Logo no início, o texto da redação nº 5, de candidato de colégio público, apresenta a necessidade de aliar os efeitos da Lei Seca ao combate da imprudência no trânsito. Assim sendo, o autor propõe, de maneira um pouco insuficiente e menos clara, durante a redação do texto, uma parceria entre governo e sociedade, para a obtenção de resultados positivos provenientes da implantação da Lei nº 11.705/08 (BRASIL, 2008).

Ao final, há a proposta de intervenção que se restringe à conscientização da população por meio dos efeitos da introdução do referido dispositivo legal. A proposta é simples e chega a ser repetitiva, porém apresenta os meandros da intervenção, quais as medidas necessárias para a aplicação da Lei, não as menciona apenas. Mais uma vez, há um exemplo de uso inadequado do conector portanto, que inicia o parágrafo, criando uma nova unidade de reflexão.

Redação nº 7

Em relação à redação nº 7 do candidato ao Enem (Figura 4), oriundo de instituição escolar pública, o texto aborda os efeitos positivos da implantação da Lei Seca no Estado do Rio de Janeiro. No entanto, o autor apresenta argumentos, que são comprovados no decorrer da produção textual, acerca da incipiente fiscalização dos automóveis nas ruas, por exemplo. A produção encerra robustos elementos comprobatórios sobre possíveis práticas que sanariam os problemas oriundos da mistura álcool e direção, além de pautar o texto no ordenamento jurídico brasileiro.

Ao final, há as seguintes propostas: utilização de matéria optativa nas escolas, com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para que seja reforçado o ensino sobre as consequências do alcoolismo, normas de trânsito e implantação da Lei Seca junto ao Sistema “S” (Senai, Sesc e Senac); cursos profissionalizantes para os fiscais das rodovias.

Figura 4 - Redação nº 7 de candidato ao Enem 2013

A Lei Seca foi promovida para dar instabilidade ao motorista e diminuir o número de acidentes ocorridos no Brasil por causa do alcoolismo. No Rio de Janeiro, especialmente nos últimos anos, a probabilidade de haver um deslizamento com o automóvel abaixou a partir da implantação da Lei Seca no país. A fiscalização e os equipamentos usados são essenciais para a segurança dos motoristas nas rodovias.

As fiscalizações nas ruas das cidades são incompatíveis com o número de automóveis que circulam nas cidades. O que acontece é que não tem fiscais em todas as ruas, podendo ocorrer acidentes nesses locais ausentes, pois a proteção não está sendo eficiente para a prevenção.

Os equipamentos usados para punir os motoristas precisam ter mais estoques e fiscais treinados para trabalhar com base na Lei Seca. A segurança é algo a ser resolvido. As fiscalizações para manter o brasileiro em segurança é um direito garantido no Artigo 5º da Constituição de 1988, contrariar tal direito é ferir a Lei maior do país e, portanto, uma prioridade.

Uma solução proposta para esse problema seria através da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que permite uma matéria optativa nas escolas, reforçando o ensino sobre o alcoolismo, o trânsito e a Lei seca, juntamente como Sistema S (Senai, Senac e Sesc), que pode oferecer cursos profissionalizantes para os fiscais das rodovias no Brasil. Por fim, resolvendo esse problema, o motorista terá a consciência de não se alcoolizar e dirigir, para não sofrer riscos e multas de punição.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS (2014b).

Figura 5 - Redação nº 8 de candidato ao Enem 2013

Bebida alcoólica, direção, velocidade. Tais fatores são indícios da Lei seca. A conscientização desta lei deve ser priorizada para que o índice de acidentes envolvendo bebida alcoólica caia cada vez mais. Para entender tal fenômeno cabe analisar o respeito a vida, conscientização e a punição. Só assim será possível compreender a complexidade da situação.

Embora muitos pensem que a lei seca seja desnecessária, tal pensamento deve ser banalizado, pois além de prevenir acidentes a lei também salva vida de várias pessoas, tanto as que estão dentro do carro como as pessoas que estão do lado de fora. Preservando, assim, a vida.

Cabe analisar, ainda, a conscientização dos motoristas que gostam de sair para beber. Esta conscientização deve ser dada através de folhetos, comerciais, cartazes que mostrem fatos reais. Só pode dirigir depois de beber.

Por fim, a punição para quem cometer o erro de burlar a lei deve ser totalmente severa, pois o indivíduo que beber e logo após dirigir teve a consciência que com o ato de beber e depois dirigir poderia trazer danos a ele próprio e a outras pessoas.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2014b).

O texto da redação nº 8, escrito por candidato de escola pública, apresenta ideias bem articuladas e, de início, o autor já menciona a importância da conscientização de toda população sobre a Lei Seca, uma vez que se trata de uma medida que busca salvar a vida de muitas pessoas. Assim sendo, a ação mais valorizada, no texto, como forma de intervenção social, é a conscientização. Dessa forma, os pontos levantados pelo autor são a conscientização dos motoristas com folhetos, comerciais, cartazes, que mostrem casos reais; punição severa para os infratores; busca pelos direitos humanos.

Figura 6 - Redação nº 9 de candidato ao Enem 2013

A mudança da lei é importante, desde que seja cumprida

A implantação da Lei Seca no Brasil trouxe muitos efeitos positivos, uma vez que os acidentes de trânsito diminuíram consideravelmente e, além disso, a conscientização da população, dos riscos que se pode ter ao beber e dirigir, vem sendo construído por meio de campanhas e propagandas que abordam esta temática com maior frequência, depois da mudança da lei.

É conhecido que dirigir após ingerir bebidas alcoólicas traz muitos riscos a segurança, não só de quem está dirigindo, mas como de qualquer pessoa que esteja nas ruas, no momento em que isso ocorre. Ao consumir álcool, perde-se grande parte dos reflexos, diminui a capacidade motora e diversas outras disfunções que são as grandes causadoras dos inúmeros acidentes de trânsito. Com a nova legislação, aqueles que desrespeitam a lei pagam multas de valores altíssimos, dependendo da situação, podendo até ir para a cadeia. Com isso, tais incidentes estão diminuindo em grande escala, obtendo, assim, bons resultados. A proposta da lei é ótima e deve ser levada adiante, porque o que acontece, em alguns casos, é a flexibilização indevida por meio de atos antiéticos, ou por meio de negligências em alguns locais, que acaba gerando os efeitos opostos ao que se espera.

Olhando por essa ótica, pode-se observar que a conscientização por parte das pessoas também é extremamente importante. Há pessoas que tentam burlar a lei, buscando saber onde as fiscalizações da Lei seca estarão para que elas não vão por aquele caminho a fim de beber, dirigir e não serem pegas. Outras, tentam pagar propinas aos fiscais a fim de se livrar das multas. Esses são comportamentos que devem ser mudados, mesmo que já se tenha obtido uma grande melhora. As campanhas e propagandas que abordam esse tema devem ser estimuladas e ampliadas, para que os efeitos positivos, iniciados pela Lei Seca, continuem e melhorem.

Por isso, as fiscalizações devem ser ampliadas, de forma que se monitore a maior número de locais possíveis, ao mesmo tempo, aumento o número de “blitz”, de policiais, de fiscais, entre outros. A punição aqueles que descumpram a lei tem que ser de acordo com o que está previsto na legislação, sem nenhuma flexibilização. E, a mais importante, a conscientização das pessoas tem que ser feita, pois, enquanto a população não tiver consciência de que a segurança da sociedade é afetada por seus atos, essa problemática não será resolvida como um todo.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2014b).

Nota-se no texto da produção nº 9, redigido por candidato de escola pública, uma articulação de ideias no sentido de demonstrar os efeitos positivos decorrentes da implantação da Lei Seca. Além disso, o autor fundamenta a redação com informações acerca das consequências da combinação bebida alcoólica e direção.

Nos dois últimos parágrafos, o candidato apresenta a proposta de intervenção que são a conscientização por meio de campanhas e propagandas acerca da Lei Seca; a ampliação da fiscalização, no trânsito, dos carros, por meio das chamadas “blitz”; punição dos infratores, sem flexibilidade da lei, no sentido de beneficiar quaisquer infrações. O último parágrafo é iniciado pelo conector “por isso”, como forma de concluir as ideias propostas para solucionar a situação-problema.

Figura 7 - Redação nº 10 de candidato ao Enem 2013

Dirija sóbrio, pense em você e no próximo

Nota-se que nos últimos o nível de acidentes vem diminuindo e isso se deve a criação da Lei Seca, que veio com intenção de acabar com o uso de bebida alcoólica no trânsito. Atuando desde 2008 ela já conseguiu alertar uma parte da população que está colaborando seguindo as normas da lei. Mas, uma moeda tem sempre dois lados e existe uma parcela da população que mesmo estando consciente de seus atos, burla a Lei Seca. Diante desses fatos que atitudes devem ser tomadas?

Criada com objetivo de diminuir o número de acidentes no trânsito, através de mobilização e palestras educativas, está realmente mais fácil controlar esta situação e atingir sua meta, considerando que somente uma parte da sociedade segue a lei.

Existe uma parcela da população que não está dando valor a lei, ingerindo bebidas alcoólicas e pegando no volante em seguida. E o pior é que existem muitos indivíduos desse tipo, o que dificulta o trabalho daqueles que desejam o bem comum de todos.

Perante tudo que foi dito, a Lei Seca tem tudo para continuar a dar certo e colher bons frutos como tem colhido até hoje. Só resta a parte que ainda dorme na sociedade acordar e perceber que bebida alcoólica mais volante não combinam. E cabe ao governo continuar investindo em políticas públicas junto com a mídia e as ONGs conscientizando de vez aquela parte da população que ainda não leva a sério a lei que foi criada para seu próprio bem. Dessa forma, com uma sociedade bem informada e cobrada na prática e não somente na teoria a Lei Seca obterá sucesso.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2014b).

O texto da redação nº 10 apresenta os efeitos positivos da aplicação da Lei Seca. O autor, oriundo de escola pública, mostra o objetivo do referido dispositivo legal, bem como as facilidades e as dificuldades para a implantação da mesma. No último parágrafo, há a construção da intervenção social, que se concentra nos seguintes pontos: a conscientização da população sobre a combinação perigosa de bebida e direção; investimento do governo em políticas públicas, junto à mídia e ONGs, no sentido de conscientizar a população acerca da importância da implantação da Lei Seca.

A preposição “perante”, que significa “diante de”, “na presença de”, inicia o último parágrafo como forma de tornar possíveis as medidas apresentadas para resolver a situação-problema.

Figura 8 - Redação nº 1 de candidato ao Enem 2013

Lei Seca

É notório o enorme risco gerado pela combinação álcool e direção. Sabendo disso, o estado implantou a Lei Seca que reforça a fiscalização e dá tolerância zero de consumo de álcool aos motoristas. No entanto ela é muito burlada com o auxílio das redes sociais e da corrupção policial, além disso a lei limita-se a identificar e punir infratores.

Há em diversas redes sociais grupos que visam informar a localização das blitz. Contudo essa prática consegue ser evitada com a infiltração de policiais, que informarão localizações erradas aos membros os confundindo e descredibilizando o grupo por consequência.

Além disso existem muitos policiais que podem ser corrompidos reduzindo assim a eficácia da lei. Aliada a isso há a má índole dos motoristas bêbados que praticam muitas vezes a corrupção ativa. Todavia esse problema pode ser atenuado com o aumento do processo burocrático da punição. Exigindo um número maior de policiais por veículo parado, forçando o infrator a corromper mais policiais, tornando o processo desvantajoso pra ele no quesito dinheiro.

A Lei Seca atua apenas na procura e punição dos criminosos e não diretamente na prevenção do crime. A instalação de bafômetros nos veículos deve ser obrigatória permitindo-o ligar apenas com o motorista sóbrio. Tal medida é burlável, entretanto dificulta o delito aumentando a eficácia da lei.

Conclui-se então que a Lei Seca é de suma importância para a redução dos acidentes de trânsito. Contudo ela deve ser ampliada e sua iniciativa deve ser maior para que sua eficácia seja maximizada. Falsas informações, aumento do processo burocrático para evitar a corrupção e instalação de bafômetros em veículos são medidas essenciais para que essa lei tenha seu poder de salvar vidas potencializado.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2014b).

Na redação de código nº 1, redigida por participante oriundo de colégio particular, são apresentadas as constatações acerca do perigo de misturar álcool e direção. Ao final, é apresentada a proposta de intervenção social, pautada no respeito aos direitos humanos.

Quando o candidato propõe a ampliação da lei, ele junta a essa ideia a eficácia da mesma. Daí a necessidade de que a lei tenha maior abrangência.

Outros fatores foram levantados pelo redator, tais como o aumento de medidas que privilegiem a lei, por exemplo, maior burocracia para evitar a corrupção, bem como a instalação de bafômetros no veículo. Tais possibilidades conferem ao texto ações plausíveis, que são de práticas possíveis.

Não se trata de uma proposta vaga, mas sim relacionada diretamente ao tema, dotada de objetividade. Assim sendo, o texto obteve nível 5 na referida competência, pois foi avaliada como uma proposta desenvolvida de maneira bem elaborada e detalhada, segundo a planilha de correção.

Redação nº 6

A redação nº 6 é apresentada a seguir (Figura 9), sendo também de candidato proveniente de escola particular. O reconhecimento de que a implantação da Lei Seca trouxe uma significativa redução dos acidentes provocados, no trânsito, por motoristas embriagados é a tônica do texto. O autor propõe uma intervenção bem elaborada, pois fundamenta as medidas, apresenta ações para que as mesmas sejam efetivamente postas em prática. Os pontos mencionados são chamar à responsabilidade o poder público; uma ação conjunta entre família e escola, para ensinar normas de trânsito aos jovens; criação de campanhas publicitárias para informar a população brasileira acerca das normas de trânsito.

O autor apresenta a conjunção coordenativa conclusiva “portanto”, no último parágrafo, denota a necessidade de concluir o texto ratificando as ideias explanadas no decorrer do texto. No entanto, é necessário esclarecer que tal uso do conector é inadequado, pois inicia o parágrafo, criando uma nova unidade de reflexão.

Figura 9 – Redação nº 6 de candidato ao Enem 2013

Aquarela da Vida
<p>“A pressa é inimiga da perfeição.” Esse era o dogma dos pintores renascentistas que levavam meses para concluir seus quadros. Para eles, era essencial que o vermelho do coração não se misturasse com a tonalidade dos lábios das damas. Séculos se passaram e, infelizmente, esse ideal foi perdido. Na atual sociedade, a velocidade manifesta-se o vermelho dos semáforos transbordada para a pista na forma de sangue de uma vida que acabou mais cedo. Entretanto, ganhamos hoje um importante aliado para ajudar a secar essa tinta e evitar novos transbordamentos: a Lei Seca.</p> <p>Desde sua implantação, a campanha da Lei Seca tem reduzido significativamente o número de acidentes de trânsito causados pela mistura “álcool + volante”. Se outrora os artistas bebiam para “aguçar” os sentidos e tinham enorme cuidado para retratar rostos tão perfeitos que suas obras pareciam ganhar vida, agora os motoristas imprudentes bebem tanto que inibem seus sentidos e não tem cuidado algum para que suas máquinas tirem vidas. A Lei Seca tem ajudado tais motoristas a entender que parar esperar um táxi atrasa a volta pra casa em alguns instantes, mas parar uma vida por dirigir bêbado adianta uma eterna tristeza.</p> <p>No entanto, talvez mais importante que os direitos dessa campanha, seja a oportunidade de uma reeducação no trânsito brasileiro que ela traz. Jovens, ao verem seus pais não dirigindo após terem bebido com medo de serem parados nas “blitz” da Lei Seca, perceberão a importância de estar sóbrio antes de pegar o volante. A maioria da população brasileira é analfabeta no trânsito: não respeita as placas, os avisos sonoros de garagens, nem mesmo os pedestres, e essa campanha é a primeira pincelada de um longo processo de reedição do quadro de trânsito do Brasil.</p>

É imperioso, portanto, que o Poder Público tome lugar como pintor principal nessa reedição. A Lei Seca deve ser estendida para toda a jornada, não só à noite e novas campanhas específicas para educar o brasileiro no volante devem ser estimulados. Além disso, é essencial que as famílias, em conjunto com as escolas, ensinem desde cedo a importância de respeitar as normas de trânsito aos jovens. Dessa forma, a Aquarela da Vida será, enfim, refeita, não mais misturando as cores e substituindo o vermelho sangue pelo verde esperança. Esperança de uma vida longa, alegre e colorida.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2014b).

Figura 10 – Redação nº 3 de candidato ao Enem 2013

Durante os últimos cinco anos, o ministério da saúde emitiu alertas significativos dos malefícios da combinação álcool e direção. A implantação da chamada lei de tolerância zero, significou um avanço para a redução de acidentes envolvendo motoristas embriagados. Por mais valiosa que tenham sido as medidas tomadas, as estatísticas ainda apresentam pouca alteração no número de acidentes fatais e atendimentos hospitalares. Ainda pouco eficazes, as medidas já tomadas devem ser associadas à gestão educativa intensiva e gestão de transportes coerente com a realidade brasileira.

As medidas sócio-educativas são de extrema valia para a diminuição dos índices. Bem como houve com as propagandas de tabaco o incentivo ao consumo deve ser evitado. A realocação de propagandas deve ser feita para horários mais adequados ou deve ser extinto totalmente da grande mídia.

Ainda que estas medidas sejam de suma importância, o governo federal deve fomentar leis que obriguem estados e municípios a oferecer transporte de qualidade no horário noturno. Muitos frequentadores da noite preferem se arriscar e dirigir após beber, pois não existem alternativas seguras para retornar às suas residências. Por exemplo, moradores de Niterói e São Gonçalo foram prejudicados com o fim dos horários da madrugada, feito por transporte marítimo. Outros se arriscam, pois não se sentem seguros em esperar condução no período noturno.

Portanto, aliadas às estratégias restritivas vigentes, em estabelecimentos de consumo, como bares e casas noturnas, deve-se intensificar as medidas de incentivo ao abandono desta perigosa rotina. O incentivo deve ser por apelo visual, como imagens e dados numéricos, demonstrando-se a importância da adesão de todos. Deve-se também criar uma gestão de transporte eficaz, criando-se alternativas viáveis como a ampliação dos números de ônibus no horário noturno, a extensão dos horários do metrô e aumento ostensivo em segurança pública. Além de responsabilizar motoristas infratores, devem ser responsabilizados também estados e municípios que apresentem gestão de transporte ineficiente.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2014b).

A redação nº 3 em análise apresenta ideias bem encadeadas durante toda a produção textual. O participante, que não informou a instituição de origem, propõe ações como a intensificação das medidas de incentivo que inibem dirigir embriagado veículo automotor; criação de uma gestão de transporte eficaz; responsabilização dos motoristas infratores, bem como de estados e municípios, que apresentem gestão de transporte ineficiente.

Ao finalizar o texto, o autor também utiliza de maneira inadequada a conjunção coordenativa conclusiva “portanto”, uma vez que inicia o parágrafo com a mesma. O uso de tal conectivo serve para mostrar que as medidas apresentadas, na intervenção, são passíveis de uma efetiva prática.

4.2.2 Redações do Nível 4

Nessa seção, a autora analisou as redações avaliadas no nível 4 na competência V. As quatro primeiras redações (13, 16, 17 e 20) são de candidatos de escolas públicas e as de número 11, 14, 15 e 18, de escola particular. Para as de número 12 e 19 não foi informada a instituição escolar de origem dos autores.

Figura 11 – Redação nº 13 de candidato ao Enem 2013

<p>Os efeitos positivos da Lei Seca no Brasil</p> <p>Para Freud, pai psicanálise, os extintos humanos são oprimidos o tempo todo pelo superego, formado pelos valores morais, culturais e sociais impostos pela sociedade, esses desejos frustrados nos afetam de maneira negativa, mas infelizmente algumas dessas repressões são necessárias e nos ajuda a conviver com os outros e a salvar vidas, um exemplo disso é a implementação da Lei Seca, que só trouxe efeitos positivos para os brasileiros porque a mesma reduziu o número de acidentes de trânsito e de atendimentos hospitalares, além de aumentar o uso de transporte coletivo, diminuindo o tráfego de veículos nas estradas.</p> <p>O álcool desvirtua os sentidos, faz o raciocínio ficar lento e reduzir a concentração, por esses motivos bebidas alcoólicas e direção não combinam; Com a implementação desta lei, as pessoas acabam sendo obrigadas a não digirir esse tipo de produto porque podem ser presas ou multadas quando vão ou estão dirigindo, esse comportamento acaba reduzindo o número de acidentes de trânsito salvando vidas não só de motoristas, mas de outros indivíduos que possam estar dentro dos veículos e de pedestres. Além disso, essa redução afeta linearmente no número de atendimentos hospitalares, que também diminui, pois com menos feridos, os hospitais terão mais espaço para atender outros pacientes.</p> <p>A lei seca também contribui para a redução do tráfego de veículos nas cidades, porque como os motoristas não podem dirigir depois de consumir álcool, outras alternativas legais acabam sendo encontradas pelos mesmos, como chamar um táxi ou ir de ônibus para casa, essas medidas acabam aumentando o número de usuários de transportes coletivos e com menos carros em circulação e tráfego flui melhor.</p> <p><u>Concluindo a implementação da lei seca só trouxeram efeitos satisfatório para a população,mas para maior efetivação desses aspectos positivos são necessários investimentos consideráveis do governo na conscientização do publico com relação aos efeitos do “álcool no volante” e do cumprimento da norma estabelecida, sendo importante a realização de palestras,distribuição de folhetos entre outras medidas,assim os benefícios serão cada vez maiores e mais vidas serão salvas.</u></p>
--

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2014b).

O texto apresenta uma boa articulação de ideias, com informações que demonstram os benefícios da implantação da Lei Seca. O último parágrafo propõe a intervenção social para a situação-problema de forma simplista.

O autor menciona a necessidade de investimento do Governo em conscientização do público com relação aos efeitos do álcool em motoristas que insistem em dirigir embriagados. No entanto, não apresenta quem fará a conscientização, qual a instituição responsável por tal prática. Como as normas serão cumpridas? Quem realizará as palestras indicadas no texto?

Redação nº 16

A redação nº 16 encontra-se a seguir (Figura 12). Pode-se concluir que a atribuição da nota 4 à competência V deve-se ao fato de o texto apresentar a proposta de intervenção com base na conscientização das pessoas, mas o autor não diz como fazer tal procedimento. Além disso, são mencionados lembretes nos estabelecimentos sobre “o que se deve fazer”, porém a ideia não é desenvolvida, tornando a proposta vaga. Quando o autor indica a organização das companhias de táxi, para ter vários carros à disposição das pessoas, em lugares próximos a estabelecimentos onde há venda de bebidas alcoólicas, percebe-se um ensaio para uma proposta detalhada, mas isso não ocorre, ou seja, não há o desdobramento para tal ação.

Figura 12 – Redação nº 16 de candidato ao Enem 2013

A lei seca é um sistema que funciona e já diminuiu muito o índice de acidentes no trânsito. Ainda há melhorias à serem feitas no sistema para que todo o trabalho de conscientização já tem diminuído bastante o número de mortes no trânsito devido o uso de bebidas alcoólicas.

Infelizmente só conscientização não basta para que todos entendam a importância de dirigir apenas quando estiver sóbrio, por isso a lei se tornou tão eficaz para os que mesmo sabendo do perigo em risco sua vida e a vida de pessoas inocentes. Se tornando crime mais pessoas se conscientizaram por entender o problema ou por temer a lei.

Hoje em dia não dirigir alcoolizado é um assunto muito divulgado em redes de comunicação, na rua, estabelecimentos que vendem bebidas que contêm álcool e em propagandas das próprias empresas que produzem esse tipo de bebida.

Desde o início da lei, houveram algumas mudanças em relação a quantidade de álcool permitida no teste do bafômetro, essas mudanças foram necessárias para diminuir ainda mais o problema, pois mesmo sendo lei ainda existiam pessoas que não respeitavam e recusaram-se a fazer o teste.

Os principais meios de diminuir cada vez mais os acidentes é através da lei e da conscientização de todos. Deve haver em todos os estabelecimentos avisos nos lembrando sempre do que devemos fazer, para termos total consciência dos nossos atos. Uma melhor organização das companhias de taxis para ter sempre vários a disposição em lugares próximos a estabelecimentos onde normalmente as pessoas ingerem bebidas alcoólicas e devemos sempre pensar que dirigir alcoolizado pode levar a morte.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2014b).

Figura 13 – Redação nº 17 de candidato ao Enem 2013

Vamos nos conscientizar “beber ao dirigir é ruim”!

A cada dia que passa os acidentes de trânsito por conta da bebida alcoólica aumentam, muitos inocentes acabam perdendo a vida por descuidos e falta de responsabilidade do motorista que dirige neste estado.

Mas, uma nova lei foi implantada, tornando o trânsito mais seguro. É fato que, nem todos respeitam pois não valorizam a própria vida, muitos acham no direito de dirigir sem mesmo estarem em condições para isso.

Mesmo diante a tanto caos, tantos mortes, crimes e violências no nosso dia a dia, ainda existem seres que são contra a nova lei implantada pelo governo federal. Sou a favor de andarmos pela rua com segurança, de sair de casa e ter a certeza que voltaremos com vida, temos que nos conscientizar e respeitar os direitos e os deveres que temos como pessoas de bem. Devemos sempre progredir e buscar um país melhor e mais tranquilo, para que isso aconteça, precisamos nos unir e mostrar para o mundo o quanto a vida é importante e que não devemos envolver drogas ou qualquer tipo de bebida ilícita quando se dirige, por mais que você não tenha amor a própria vida, tenhamos respeito ao próximo.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2014b).

O texto da redação nº 17 (Figura 13) apresenta uma proposta de intervenção pouco objetiva, apesar de bem elaborada. O autor não progrediu a medida apresentada e, por isso, a intervenção ficou no plano da subjetividade, sem a indicação de ações que efetivamente denotem a plausibilidade da proposta. O que

deve ser feito para melhorar o país? Como estabelecer uma união? Esses e outros aspectos são mencionados, mas não são articulados de maneira a tornar a intervenção algo possível de acontecer.

Figura 14 – Redação nº 20 de candidato ao Enem 2013

Sem dúvida nenhuma a combinação “bebida alcoólica e volante” não dá certo. Dados mostram que grande parte dos acidentes de trânsito são causados por motoristas que ingeriram álcool antes de dirigir.

Uma medida bastante benéfica foi a criação da Lei Seca, que pune o motorista que foi pego dirigindo com álcool no sangue. A implantação dessa lei gerou visivelmente muitas melhorias. O número de acidentes de trânsito, e conseqüentemente suas mortes, diminuíram drasticamente.

Contudo, mesmo tendo um ótimo desempenho, a Lei Seca não conseguiu finalizar totalmente com o número de motoristas embriagados. Muitas pessoas continuam dirigindo após ingerir bebidas alcoólicas.

Além de aumentar a rigorosidade da lei, uma ótima medida para a extinção de motoristas bêbados seria que o governo exigisse a implantação de bafômetros nos carros de uma forma que o veículo não ligasse caso o teor de álcool no sangue fosse maior que o permitido.

Dessa forma, o número de motoristas embriagados seria reduzido a zero.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2014b).

A partir da análise da atribuição da nota 4 a essa redação (Figura 14), pode-se verificar que o autor mencionou o aumento do rigor da lei para os motoristas que dirigem bêbados, bem como a exigência da implantação de bafômetros nos carros, como proposta de intervenção. As medidas são sugeridas, o texto busca convencer o leitor acerca da proposta, mas não são delineados caminhos para a efetiva aplicação das ideias.

Figura 15 – Redação nº 11 de candidato ao Enem 2013

Álcool e direção não!

Hoje dirigir estando alcoolizado é considerado crime e o condutor está sujeito a altas sanções. Dirigir alcoolizado é o maior responsável pelos acidentes de trânsito, levando muitas vezes à morte de ambos envolvidos no acidente.

Estudos comprovam que direção e álcool não combinam, os reflexos diminuem, o corpo não corresponde corretamente aos movimentos. Diante destes fatos os condutores ficam muito mais propícios aos acidentes no trânsito. Um acidente pode causar diversos problemas como derrame, amputação de membros, a pessoa pode ficar paraplégico ou levar o acidentado a um mau pior como a morte.

A lei seca implantada há alguns anos atrás vem se mostrando extremamente eficaz no combate de álcool ao volante. Desde sua implantação o número de acidentados e mortos no trânsito vem reduzindo, o que é importante na redução do número de acidentes causados por álcool ao volante.

Tomar precauções e uma fiscalização acirrada em rodovias, estradas e cidades é de extrema importância, além claro da conscientização dos condutores que álcool e direção não funciona. Lembre-se sua vida vale mais do que copo de bebida.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2014b).

A partir da análise da redação com o código nº 11, pode-se inferir que o participante apresentou os efeitos da Lei Seca, demonstrando as graves consequências da mistura de bebida alcoólica e direção de veículo automotor. No entanto, a proposta de intervenção não foi desenvolvida a ponto de explicar como seria a conscientização dos condutores, para que os mesmos não consumam álcool. A proposta de intervenção se reduz a uma fiscalização acirrada e à conscientização dos condutores, não são viabilizadas formas que poderiam tornar a referida proposta plausível, de possível prática.

Figura 16 – Redação nº 14 de candidato ao Enem 2013

A bebida da fatalidade

A vida é o principal direito da humanidade. Esse, no entanto, é, diversas vezes, rompido por atitudes do próprio homem, dentre elas está o enorme número de acidentes veiculares causados pela mistura de álcool com direção veicular. Nessa perspectiva, houve a necessidade de criar sanções aos indivíduos que dirigissem embriagados, sendo a “Lei Seca” a principal delas.

No Brasil, não havia, até então, leis que punissem, efetivamente, a condução embriagada de automóveis. Desse modo, muitos motoristas dirigiam sob estado de álcool, o que gerou inúmeros acidentes, porquanto tinham seus sentidos – sobretudo o reflexo-alterados, e, com isso, surgiu um grande número de óbitos e lesões, muitas vezes irreversíveis, como a paralisia motora.

Nesse contexto, foi criada a “Lei Seca”, que tem por finalidade realizar testes de bafômetro em pontos estratégicos de diversas estradas pelo país e, desse modo, punir motoristas embriagados. O que se vê, porém, é que essa lei ainda possui algumas falhas, como subornos realizados por motoristas para não serem multados e a criação de páginas em redes sociais indicando os locais onde há algum posto de fiscalização, além de indicar rotas alternativas para contorná-los.

A fim de que haja uma diminuição no número de acidentes causados pelo uso do álcool, é necessário que tanto a população quanto o governo tomem medidas para não somente evitar acidentes a partir de punições, mas, também, criar uma educação que faça de toda a população. Com isso, deve-se tornar as leis mais rígidas, desde multas até a própria prisão de indivíduos que dirigem alcoolizados e também ensinar as consequências da mistura de álcool com direção.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2014b).

Pautado no reconhecimento dos benefícios oriundos da implantação da Lei Seca, o texto da redação nº 14 apresenta uma proposta de intervenção em consonância com a discussão apresentada no tema e propõe medidas para o Governo e a população, no intuito de evitar acidentes, mas não diz quais são essas mudanças. O autor também sugere punições, que são mencionadas somente quando o candidato indica a necessidade de tornar as leis mais rígidas, para quem dirige embriagado. Não fica clara a maneira que poderia tornar os dispositivos legais mais severos.

Redação Nº 15

A redação nº 15 encontra-se a seguir (Figura 17).

O texto apresenta ideias bem articuladas à proposta de intervenção, que estão descritas no último parágrafo. O autor sugere maior atenção das autoridades para a efetivação da Lei Seca, bem como a necessidade de conscientização dos motoristas. No entanto, o autor não desenvolve a proposta e não articula a

intervenção a ponto de torná-la plausível. Ao finalizar o texto, também utiliza de maneira inadequada a conjunção coordenativa conclusiva “portanto”, uma vez que inicia o parágrafo com a mesma.

Figura 17 – Redação nº 15 de candidato ao Enem 2013

Respeito à vida

A revista “Veja” trouxe a seguinte notícia: “Desde o início da implantação da Lei Seca no Brasil, o índice de acidentes por conta de embriaguez diminuiu consideravelmente, em um intervalo de tempo menor que o esperado”. Terá sido este ponto positivo proveniente de uma maior conscientização por parte dos motoristas e de autoridades responsáveis? O que podemos fazer para que este número caia cada vez mais? Quais são os riscos corridos por quem mistura álcool e direção?

Desde o início do processo para a retirada da carteira de motorista, há aulas técnicas que abordam a importância de se ter o cuidado de beber e não dirigir. Além de propagandas conscientizadoras em diversos meios de comunicação que encorajam atitudes como chamar um táxi ou ligar para um amigo pedindo ajuda para ir embora. Esse tipo de atitude pode salvar uma vida, além de evitar que o motorista em questão, se sob efeito do álcool, perca sua habilitação ou pague um valor exorbitante em multas. Ou, se dependendo do seu estado de embriaguez, seja preso.

Várias vidas foram perdidas graças à imprudência de alguns e, mesmo com as rígidas consequências previstas pela nova lei, infelizmente, muitas ainda continuam se perdendo. Visto que algumas pessoas ainda têm o pensamento de que beber, mesmo que em pequena proporção, é uma atitude “normal”, rotineira, que não trará problemas para si e nem para os outros à sua volta. Este tipo de ideia é considerado um tanto quanto equivocada e como prova disso, o que não faltam são estudos e testes realizados com diversos cidadãos em todo o país, que provam que substâncias lícitas, como álcool, e ilícitas, como maconha e outras drogas, mesmo que consumidos em pequenas doses, são capazes de alterar completamente o raciocínio, o senso de direção, entre outras questões vitais e indispensáveis para uma boa execução de qualquer atividade realizada por um indivíduo, inclusive dirigir.

Portanto, é preciso que haja mais do que nunca uma atenção redobrada por parte das autoridades para que a Lei Seca seja de fato colocada sempre em prática, além de uma maior conscientização dos motoristas, em respeito à sua própria vida e à das outras pessoas. Pois só assim, conseguiremos reverter positivamente o atual quadro de acidentes no trânsito brasileiro cada vez mais.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2014b).

Figura 18 – Redação nº 18 de candidato ao Enem 2013

A prática de dirigir após a ingestão de bebida alcoólica se tornou perigosamente comum entre a maioria das pessoas, que se acostumaram a ignorar os riscos desse ato. Conseqüentemente, o número de acidentes por esse motivo cresceu assustadoramente, causando inúmeras vítimas fatais. Agora, com a implantação da Lei Seca, essa tenebrosa estatística deve, finalmente, reduzir cada vez mais.

Está comprovado estatisticamente que a Lei Seca alterou positivamente o quadro de acidentes de trânsito. Houve uma sensível queda nos poucos anos em que está em vigor, de vítimas fatais relacionadas à mistura de direção com álcool, a qual antes representava a causa de cerca de metade das mortes no trânsito. Frente a esses dados, é incontestável a eficácia dessa norma, que busca não atrapalhar o divertimento de pessoas, mas propiciar a segurança de todos.

Mas, após se tornar algo cultural, muitas pessoas ainda reclamam da rigidez da lei, afirmando que a única cerveja não mudará nada. Entretanto, deve-se levar em conta que a lei é para a sociedade, e não para uma só pessoa e que cada organismo reage distintamente ao álcool, sendo uns mais sensíveis que outros. Além disso, esse é um pensamento perigoso, pois o indivíduo, sem mesmo notar, pode ficar mais animado e beber demais, perdendo o controle da situação.

Ainda assim, mesmo com os benefícios evidentes da nova lei, a mudança de hábito das pessoas pode ser lenta e difícil, apesar de necessária. Mas, assim como importamos diversos elementos culturais de outros países, podemos também nos inspirar em comportamentos de sociedades nas quais o problema também é rigorosamente combatido e as medidas são bem respeitadas pela maioria da população, como a norte americana, tão imitada em diversos aspectos por nós.

Logo, é importante a população reconhecer a importância dessa medida para todos e incentivar iniciativas como essa do governo, pelo bem geral, através de campanhas publicitárias que estimulem a adesão da norma, por exemplo. E que os governantes não só punam os transgressores como devem ser punidos, mas mostrem desde cedo às crianças o perigo de beber e dirigir, com filmes e palestras na escola. Afinal, como já disse Pitágoras: “Educa a criança e não precisarás punir o homem.”

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2014b).

O texto da redação nº 18 apresenta os efeitos da aplicação regular da Lei Seca, demonstrando as graves conseqüências da mistura perigosa de álcool e direção. No entanto, a proposta de intervenção não foi desenvolvida ao ponto de não explicitar como seria o incentivo dado às campanhas publicitárias, bem como os procedimentos das medidas educativas para mostrar às crianças os perigos da combinação bebida alcoólica e direção. Como executar as medidas levantadas pelo candidato?

Figura 19 – Redação nº 12 de candidato ao Enem 2013

Panorama da “Lei Seca”

Alguns anos atrás a bebida alcoólica era a grande vilã das madrugadas. A grande quantidade de óbitos ocasionados pelos efeitos da ingestão desse tipo de bebida era um desafio para o governo brasileiro. As estatísticas que circulavam pelas mídias só aumentavam a cada ano o número de pessoas mortas ou acidentadas por motivo tão banal.

A irresponsabilidade de um cidadão ao beber não pode ocasionar morte ou ferimentos aos outros. A partir dessa ideia, o governo brasileiro instituiu a “lei seca”, em que beber e dirigir virou crime. Com a utilização de “bafômetros”, publicidades educativas e fiscalização, o estado conseguiu diminuir os números sobre mortes e acidentes no trânsito.

Fiscalização mais intensa nos mostra que a “lei seca” vem coibindo o uso de álcool nos grandes centros urbanos do Brasil. Um motorista que se utiliza de bebida alcoólica pode ser surpreendido por uma “blitz” toda equipada para determinar se houve ou não consumo. Se o resultado for afirmativo, há aplicação de multa e cassação da Carteira Nacional de Habilitação (C.N.H.) do condutor.

Mesmo com a diminuição expressiva nos números de acidentes no trânsito, ainda há a necessidade de endurecimento legislativo para quem dirigir sob efeito do álcool ou se recusar a usar o “bafômetro”. Infelizmente já existem aplicativos nos dispositivos tecnológicos mais modernos que há trocas de informações entre usuários, em tempo real, com informações sobre caminhos sem barreira com “blitz” da “lei seca” o que atrapalha o trabalho das autoridades competentes no combate aos acidentes ocasionados pelo álcool.

O governo, portanto, deve promover mais publicidades educativas, maior endurecimento na fiscalização, não apenas em grandes cidades, mas em todo o território nacional. E, além disso, responsabilizar com mais dureza os condutores comprovadamente alcoolizados e, com isso, incapazes de dirigir.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2014b).

O texto em questão (redação nº 12) apresenta um bom desenvolvimento de ideias. Contudo, ao explanar a proposta de intervenção, pode-se constatar a simples menção às medidas que poderiam solucionar a situação-problema, sem articulação de caminhos para a efetiva prática das mesmas. São verificados pontos relevantes como “endurecimento legislativo”, mas o que seria tal procedimento? Como fazê-lo? Não são atribuídos sujeitos diretos às ações propostas pelo candidato. Daí o governo é citado de maneira bem generalizada para desdobrar as ações propostas.

Figura 20 – Redação nº 19 de candidato ao Enem 2013

É nítido que no Brasil a tecnologia e a ciência se desenvolvem em progressão geométrica enquanto que o setor legislativo, em aritmética. As leis já criadas acabam por não entrar em total vigor no judiciário e os casos de impunidade, violência e mortes aumentam exponencialmente. É mister que o governo federal estude cada deficiência que se materializa no país. Movido à necessidade de erradicar o número de acidentes no trânsito, o governo brasileiro interviu e criou uma nova lei: a lei seca.

Essa nova integrante da legislação brasileira apresenta códigos de conduta que viabilizam e prezam pela segurança dos motoristas e pedestres também, que podem ser vítimas de motoristas alcoolizados. O número de mortes e acidentes no trânsito cresciam incontrolavelmente, apontando para a incompatibilidade que era causada pela combinação entre bebida alcoólica e direção. Em prática, a lei seca, acompanhada de propagandas e conteúdos informativos de publicidade, se mostra presente no que diz respeito à orientação do motorista e aos riscos que o mesmo está sujeito caso dirija após fazer uso de bebidas proibidas para menores. Portanto, ela atua conscientizando jovens e adultos a não cometerem tal atrocidade no volante, evitando fatalidades.

Mostrando-se um país em desenvolvimento, o Brasil, indubitavelmente, amadureceu a sociedade brasileira, intervindo em atitudes errôneas como essa, estabelecendo essa nova lei. Agora, visto que as pessoas estão mais informadas dos riscos, não só físicos, mas legais, o governo deve se manter firme e continuar punindo os que ignoram a lei, para que o trânsito permaneça um meio seguro de migração pendular.

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (2014b).

Ao ler a redação em análise, Figura 20, pode-se concluir que a atribuição da nota 4 deve-se à proposta de intervenção ser construída de maneira simplista, com apresentação de possíveis soluções para o problema, mas sem a articulação do que foi proposto a ponto de se poder visualizar como o “governo deve se manter firme”. Afinal, o que seria se manter firme nesse caso? Como punir os infratores da lei indicados no último parágrafo?

4.3 ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS

O presente estudo tem como principal objetivo apontar como os participantes do Enem constroem a intervenção social, inserida na descrição da competência V, da Matriz de Referência para a correção da redação. A autora optou por analisar as evidências presentes nos textos produzidos pelos candidatos do Enem 2013 e separou-as em categorias, que geraram indicadores. Dessa forma, foi construído um quadro de evidências, com o registro das propostas dos participantes, o que levou à constatação de estratégias textuais e pragmáticas utilizadas pelos candidatos para construir a proposta de intervenção social.

No âmbito do estudo, as denominadas estratégias textuais referem-se à produção do texto escrito, observando certas características, como a textualidade, que o levam a apropriadamente ser chamado de texto. Já as estratégias pragmáticas dizem respeito à construção da proposta de intervenção, propriamente dita, a forma como o participante demonstra ser cidadão crítico, criativo e participativo a ponto de construir uma proposta de ação, nos moldes das conquistas advindas da luta pelos direitos humanos, nas esferas jurídica, política e social.

As estratégias textuais constituem um tipo de categoria que gerou indicadores. Nas redações avaliadas com 200 pontos, nível 5, tais estratégias viabilizaram a construção de três indicadores:

- 1) uso de expressões que denotam conclusão, tais como conectivos;
- 2) termos que indicam sentido anafórico;
- 3) uso de formas verbais que indicam a ratificação da proposta apresentada.

No que concerne à estratégia pragmática, as redações avaliadas com 200 pontos apresentaram o indicador baseado na própria descrição da Matriz de Referência para a correção da produção textual que recebe nível 5:

1) Proposta muito bem elaborada com a explanação das formas de intervenção da medida de intervenção.

As redações avaliadas com nível 4, 160 pontos, apresentaram como indicadores das estratégias textuais:

- 1) ausência de progressão textual;
- 2) apresentação do sujeito que poderá desenvolver a proposta;
- 3) uso de formas verbais que indicam a imposição da proposta.

Quanto à estratégia pragmática das redações de nível 4, o indicador também é baseado na própria descrição da Matriz de Referência, para as redações que obtém tal pontuação:

1) Proposta bem elaborada com a explanação de pelo menos um elemento que deixa a medida mais abrangente.

Com isso, pode-se visualizar o desempenho esperado dos participantes do Enem, no tocante à produção textual, na referida competência. Assim é possível a comparação das produções que obtiveram diferentes níveis de correção, no caso as pontuações mais altas.

Algumas evidências, que corroboram cada indicador, são apresentadas a seguir, de acordo com as estratégias textuais e pragmáticas.

4.3.1 Estratégias textuais e evidências nas redações de Nível 5

O indicador referente ao uso de expressões, que denotam conclusão, tais como conectivos, é ilustrado no Quadro 1, por meio de evidências pertinentes, retiradas das produções escritas analisadas.

Quadro 1 – Evidências relativas ao indicador uso de expressões que denotam conclusão

Evidências
“Portanto, os resultados comprovam os efeitos positivos da implementação da Lei Seca.” (Figura 1)
“Portanto, o efeito da implantação da lei seca no Brasil em conjunto com a população[...].” (Figura 3)
“Conclui-se então que a Lei seca é de suma importância para a redução dos acidentes de trânsito.” (Figura 8)
“Portanto, aliadas às estratégias restritivas vigentes, em estabelecimentos de consumo, como bares e casas noturnas, deve-se criar intensificar as medidas de incentivo ao abandono desta perigosa rotina.” (Figura 10)
“Resolução há e estas são apenas algumas de incontáveis propostas para a melhoria do sistema [...]” (Figura 2)
“Por fim, resolvendo esse problema, o motorista terá a consciência de não se alcoolizar e dirigir [...]” (Figura 4)
“Nota-se, portanto, que com a conscientização é possível sim baixar o índice de acidentes de trânsito envolvendo bebida alcoólica.” (Figura 5)
“Por fim, a punição para quem cometer o erro de burlar a lei deve ser totalmente severa [...]” (Figura 8)
“Por isso, as fiscalizações devem ser ampliadas, de forma que se monitore o maior número de locais possíveis [...]” (Figura 6)
“É imperioso, portanto, que o Poder Público tome lugar como pintor principal nessa reedição.” (Figura 9)

Fonte: A autora (2015).

O indicador referente ao uso de termos que indicam sentido anafórico é exemplificado no Quadro 2, por meio de evidências pertinentes.

Quadro 2 – Evidências relativas ao indicador uso de termos que indicam sentido anafórico

Evidências
“... como exposto, existe alguns desafios em relação ao álcool [...]”(Figura 1)
“Bem se sabe, que há inúmeras providências a serem tomadas para a resolução do problema.” (Figura 2)
“Assim a lei será mais eficiente no Brasil.” (Figura 4)
“Nota-se, portanto, que com a conscientização é possível sim baixar o índice de acidentes de trânsito envolvendo bebida alcoólica.” (Figura 5)
“Olhando por essa ótica, pode-se observar que a conscientização por parte das pessoas também é extremamente importante.” (Figura 6)
“Perante tudo que foi dito, a Lei Seca tem tudo para continuar a dar certo e colher bons frutos como tem colhido até hoje.” (Figura 7)
“Dessa forma, a Aquarela da Vida será, enfim, refeita [...]” (Figura 9)
“Além de responsabilizar motoristas infratores, devem ser responsabilizados também estados e municípios [...]” (Figura 10)
“Dessa forma, constata-se a necessidade de uma ação conjunta entre a Mídia, com debates sobre os efeitos do álcool no trânsito e com novelas e minisséries que abordem esse tema [...]” (Figura 1)
“Além disso, é essencial que as famílias, em conjunto com as escolas, ensinem desde cedo, a importância de respeitar as normas de trânsito [...]” (Figura 9)

Fonte: A autora (2015).

O indicador uso de formas verbais que indicam a ratificação da proposta apresentada encontra-se ilustrado pelas evidências constantes no Quadro 3.

Quadro 3 – Evidências relativas ao indicador uso de formas verbais que indicam a ratificação da proposta apresentada

Evidências
“[...] os resultados comprovam os efeitos positivos da implementação da Lei seca.”(Figura 1)
“[...] constata-se a necessidade de uma ação conjunta entra Mídia, com debates sobre os efeitos do álcool no trânsito e com novelas e minisséries que abordem esse tema [...]” (Figura 1)
“[...] porém necessário é descruzar os braços e tornar realidade o que outrora foi apenas ideia, para que a prevenção venha sem detença.” (Figura 2)
“Por fim, resolvendo esse problema, o motorista terá a consciência de não se alcoolizar e dirigir, para não sofrer os possíveis riscos e multas da punição.” (Figura 4)
“[...] com a conscientização é possível sim baixar o índice de acidentes de trânsito envolvendo bebida alcoólica. É preciso otimizar e buscar sempre os direitos humanos.” (Figura 5)
“Por isso, as fiscalizações devem ser ampliadas, de forma que se monitore o maior número de locais possíveis, ao mesmo tempo, aumentando o número de blitz, de policiais e fiscais, entre outros.” (Figura 9)

Evidências
“[...] a Lei Seca tem tudo para continuar a dar certo e colher bons frutos como tem colhido até hoje. Só resta a parte que ainda dorme na sociedade acordar e perceber que bebida alcoólica mais volante não combinam.” (Figura 7)
“[...] deve-se intensificar as medidas de incentivo de abandono desta perigosa rotina. O incentivo deve ser por apelo visual, como imagens e dados numéricos, demonstrando-se a importância da adesão de todos.” (Figura 10)
“Deve-se também criar uma gestão de transporte eficaz, criando-se alternativas viáveis como a ampliação dos números de ônibus no horário noturno [...]” (Figura 10)
“A Lei Seca deve ser entendida para toda a jornada, não se limitando à noite e nas campanhas específicas [...]” (Figura 9)

Fonte: A autora (2015).

No nível 5 de correção, a existência do primeiro indicador observado, o uso de expressões que denotam conclusão, deu-se pelo fato de os participantes finalizarem os textos com um termo que retoma as ações propostas pelo redator nos parágrafos anteriores. Ao tentar construir uma proposta plausível, que atendesse o que está escrito na Matriz de Referência, algumas construções dos participantes apresentam alguns deslizes gramaticais e de convenções da escrita, como pode ser constatado no excerto seguinte:

“**Portanto**, os resultados comprovam os efeitos positivos da implementação da Lei Seca.” (Figura 1)

“**Portanto**, o efeito da implantação da lei seca no Brasil em conjunto com a população [...]” (Figura 3)

Ao escrever o conectivo “portanto” no início do parágrafo, o candidato infringe um aspecto da norma culta, competência 1 da Matriz de correção, uma vez que se trata de um vocábulo que relaciona duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração. Nas palavras dos professores Cunha e Cardoso (1978, p. 307), conjunções são “os vocábulos invariáveis que servem para relacionar duas orações ou dois termos semelhantes da mesma oração”.

O uso equivocado dos conectores, na maior parte das redações, aqui, analisadas, traduz a falta de habilidade do participante com a referida classe gramatical. Certamente, pode ser verificada uma conclusão que o redator busca fazer, por meio de um vocábulo de semântica conclusiva, só que em domínios oracionais distintos, para isso é interessante apresentar o posicionamento do gramático Evanildo Bechara que considera tais vocábulos conectores adverbiais e

não conectores conjuncionais, fazendo distinção entre unidades adverbiais e conjunções coordenativas. Assim, Bechara (2001, p. 322) afirma:

Unidades adverbiais que não são conjunções coordenativas – levada pelo aspecto de certa proximidade de equivalência semântica, a tradição gramatical tem incluído entre as conjunções coordenativas certos advérbios que estabelecem relações interoracionais ou intertextuais. É o caso do *pois, logo, portanto, entretanto, contudo, todavia, não obstante*. (...) Não incluir tais palavras entre as conjunções coordenativas já era lição antiga na gramaticografia de língua portuguesa; vemo-la em Epifânio Dias e, entre brasileiros, em Maximino Maciel, nas últimas versões de sua *Gramática*. Perceberam que tais advérbios marcam relações textuais e não desempenham o papel conector das conjunções coordenativas, apesar de alguns manterem com elas certas aproximações ou mesmo identidades semânticas.

Assim sendo, mesmo se tratando do uso de um termo que apresenta posicionamentos diferentes entre os gramáticos, o que se deve perceber é que as propostas construídas, no caso do estudo em questão redigidas ao final do texto, mantiveram uma relação com os argumentos escolhidos no desenvolvimento da produção.

O segundo indicador diz respeito aos termos que indicam sentido anafórico. Na verdade, o termo anafórico, para efeitos do presente estudo, refere-se às palavras ou expressões que retomam um termo já expresso no texto, trata-se de um elemento linguístico que se refere a um outro antecedente.

Ao mencionar o vocábulo anafórico, é bom lembrar o conceito de "anáfora", pois é definida como uma figura de sintaxe usada para denominar a repetição de uma ou mais palavras no princípio de duas ou mais frases.

As redações analisadas demonstram que os participantes buscam retomar as ideias apresentadas nos parágrafos anteriores; assim recuperam um tópico discursivo e trazem de novo à consciência do leitor a argumentação que os conduziu até a proposta de intervenção construída.

“Olhando por essa ótica, pode-se observar que a conscientização por parte das pessoas também é extremamente importante.” (Figura 6)

“Perante tudo que foi dito, a Lei Seca tem tudo para continuar a dar certo e colher bons frutos como tem colhido até hoje.” (Figura 7)

“Dessa forma, a Aquarela da Vida será, enfim, refeita [...]” (Figura 9)

“Além de responsabilizar motoristas infratores, devem ser responsabilizados também estados e municípios [...]” (Figura10)

Tal retomada inibiu a simples repetição de expressões, tendo em vista que as mesmas foram substituídas por outros termos que proporcionaram uma volta à ideia dos vocábulos e das concepções iniciais. Ademais, tal expressão verbal foi apresentada de forma mais sintética e mais informativa, sem perder a coerência do discurso.

O terceiro indicador, no qual há uso de formas verbais que indicam a ratificação da proposta apresentada, demonstra que os participantes utilizaram as formas verbais nos tempos presente e futuro do presente do modo indicativo, designando uma atitude de certeza, e futuro do modo subjuntivo, forma do verbo que aponta uma postura de dúvida, suposição.

Ao utilizar a forma verbal “comprovar” no presente do indicativo, por exemplo, o redator atesta o aspecto pontual da mesma. Para Cunha e Cintra (2008, p. 396),

Diferente das categorias de TEMPO, do MODO e da VOZ, o ASPECTO DESIGNA “uma categoria gramatical que manifesta o ponto de vista do qual o locutor considera a ação expressa pelo verbo”. Pode ele considerá-la como concluída, isto é, observada no seu término, no seu resultado; ou pode considerá-la como não concluída, ou seja, observada na sua duração, na sua repetição.

Trata-se de um meio que preconiza a atualidade da Lei Seca e, por isso, as medidas para a ampliação de tal dispositivo devem ser uma prioridade social.

Há também a utilização da locução verbal, constituída de um verbo auxiliar e verbo principal, “deve ser”, sendo um fator a ser observado, pois dessa forma o participante revela o caráter persuasivo da proposta apresentada.

“[...] os resultados comprovam os efeitos positivos da implementação da Lei seca.” (Figura 1)

“[...] constata-se a necessidade de uma ação conjunta entre Mídia, com debates sobre os efeitos do álcool no trânsito e com novelas e minisséries que abordem esse tema [...]” (Figura 1)

“Por isso, as fiscalizações devem ser ampliadas, de forma que se monitore o maior número de locais possíveis, ao mesmo tempo, aumentando o número de blitz, de policiais e fiscais, entre outros.” (Figura 9)

“[...] deve-se intensificar as medidas de incentivo de abandono desta perigosa rotina. O incentivo deve ser por apelo visual, como imagens e dados numéricos, demonstrando-se a importância da adesão de todos.” (Figura 10)

Mais uma vez percebe-se a predominância da locução verbal “deve ser”. Percebe-se um fator a ser observado, pois, dessa forma, o participante demonstra a imposição da proposta apresentada.

4.3.2 Estratégia pragmática e evidências nas redações de Nível 5

O indicador referente à estratégia pragmática proposta muito bem elaborada, com a explanação das formas de intervenção, é ilustrado no Quadro 4, por meio de evidências pertinentes, retiradas das produções escritas analisadas.

Quadro 4 – Evidências relativas ao indicador proposta muito bem elaborada com a explanação das formas de intervenção

Evidências
“[...] constata-se a necessidade de uma ação conjunta entra Mídia, com debates sobre os efeitos do álcool no trânsito e com novelas e minisséries que abordem esse tema e o Governo utilizando-se de uma maior propaganda sobre a problemática do álcool, conscientizando os motoristas, seja com um programa exclusivo para esse assunto, seja com debates em escolas e universidades. Podendo o governo também ampliar a lei seca, com penas mais graves, em último caso.” (Figura 1)
“[...] criação de propagandas conscientizadoras nas escolas e centros educacionais, apregoando, nas salas de educação infantil e alfabetização, que álcool, sim, é uma droga entorpecente e que seu uso traz riscos como o vício e a morte; a inserção massiva da ideia de que a equação direção mais embriaguez iguala-se à morte e é crime, tal qual assassinatos, latrocínios entre outros; e o aumento da penalidade de reclusão de indivíduo cometedor de tal fato.”(Figura 2)
“Portanto, o efeito da implantação da lei seca no Brasil em conjunto com a população que tende a cada vez mais se conscientizar que bebida alcoólica e direção não combinam, será certamente possível reduzir ou até mesmo acabar com a imprudência dos motoristas e o excesso de velocidade nas estradas.” (Figura 3)
“Uma solução proposta para resolver o problema seria através da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) que permite uma matéria optativa nas escolas, reforçando o ensino sobre o alcoolismo, o trânsito e a Lei Seca, juntamente com o Sistema S (Senai, Sesc e Senac), que pode oferecer cursos profissionalizantes para os fiscais das rodovias da Lei Seca.” (Figura 4)
“[...] a conscientização dos motoristas que gostam de sair para beber... deve ser dada através de folhetos, comerciais, cartazes que mostrem fatos reais... Por fim a punição para quem cometer o erro de beber e logo após dirigir deve ser totalmente severa, pois o indivíduo que beber e logo após dirigir teve a consciência que o ato de beber e depois dirigir poderia trazer danos a ele próprio e a outras pessoas.” (Figura 5)

(Continua)

(Conclusão)

Evidências
<p>“Por isso, as fiscalizações devem ser ampliadas, de forma que se monitore o maior número de locais possíveis ao mesmo tempo, aumentando o número de blitz, de policiais, de fiscais, entre outras. A punição àqueles que descumprirem a lei tem que ser de acordo como está previsto na legislação, sem nenhuma flexibilização [...]” (Figura 9)</p>
<p>“[...] a Lei Seca tem tudo para continuar a dar certo e colher bons frutos como tem colhido até hoje. Só resta a parte que ainda dorme na sociedade acordar e perceber que bebida alcoólica mais volante não combinam. E cabe ao governo continuar investindo em políticas públicas junto com a mídia e as ONGs conscientizando de vez aquela parte da população que ainda não leva a sério a lei que foi criada para o seu próprio bem.” (Figura 7)</p>
<p>“[...] ela deve ser ampliada e sua iniciativa deve ser maior para que sua eficácia seja maximizada. Falsas informações, aumento do processo burocrático para evitar a corrupção e instalação de bafômetros em veículos são medidas essenciais para que essa lei tenha seu poder de salvar vidas potencializado.” (Figura 8)</p>
<p>“É imperioso, portanto, que o Poder Público tome lugar como pintor principal nessa reedição. A Lei Seca deve ser entendida para toda a jornada, não se limitando à noite e nas campanhas específicas... Além disso, é essencial que as famílias, em conjunto com as escolas, ensinem desde cedo a importância de respeitar as normas de trânsito aos jovens.” (Figura 9)</p>
<p>“Portanto, aliadas às estratégias restritivas vigentes, em estabelecimentos de consumo, como bares e casas noturnas, deve-se criar intensificar as medidas de incentivo ao abandono desta perigosa rotina. O incentivo deve ser pelo apelo visual, como imagens e dados numéricos, demonstrando-se a importância da adesão de todos. Deve-se também criar uma gestão de transporte eficaz, criando-se alternativas viáveis como a ampliação dos números de ônibus no horário noturno, a extensão para todos os horários do metrô e aumento ostensivo em segurança pública. Além de responsabilizar motoristas infratores, devem ser responsabilizados também estados e municípios que apresentarem gestão de transporte ineficiente.” (Figura 10)</p>

Fonte: A autora (2015).

Antes de explanar a estratégia pragmática visualizada, no presente estudo, cabe esclarecer a etimologia do vocábulo pragmático, uma palavra com origem no grego "pragmatikus" e no latim "pragmaticu". Pragmático, segundo Caldas Aulete (2004), significa “que considera o valor prático e concreto das coisas.”

Assim sendo, ao considerar uma estratégia pragmática, a autora verificou a forma como o participante desenvolveu a proposta de intervenção para a situação-problema, exposta na proposta de redação do Enem, de maneira a exercitar a cidadania, condizente com a valorização dos Direitos Humanos, conforme a descrição da Matriz de Referência para correção.

A estratégia em questão engendrou o indicador proposta muito bem elaborada, com a explanação das formas de intervenção, pois todas as produções analisadas receberam 200 pontos, nível 5, na avaliação concernente à competência V. Após a leitura das construções dos participantes, pode-se inferir que a pontuação

máxima recebida deve-se ao fato de que os textos não apresentavam somente a proposta por si só, sem o desenvolvimento de uma de ideias passíveis de uma prática social. Resta claro o empenho do redator em expor uma proposta de intervenção plausível, resultante da argumentação construída nos parágrafos anteriores, que responde às questões: “Como implantar as formas de intervenção? Quem são os agentes que poderiam auxiliar em tal ação?, Que finalidades estariam implicadas na proposta? (para quê?)”, presentes no Manual de Capacitação Presencial 2013 dos Avaliadores (BRASIL, 2013b).

O Quadro 4 demonstra que as respostas a tais indagações contribuíram para a progressão textual das produções em análise, pois as mesmas não se restringiram a apresentar conclusões prontas, decoradas como fórmulas advindas de cursos preparatórios ou de uma prática escolar repetitiva, sem o devido detalhamento para tornar a proposta dotada de admissibilidade para a prática social. As propostas de ação estavam em consonância com as conquistas decorrentes das incansáveis lutas em prol da valorização dos direitos humanos, nos campos social, político e social.

Além disso, a análise dos resultados do presente estudo possibilitaram concluir que os participantes matriculados em instituições de ensino público obtiveram maior pontuação, nível 5, na competência 5, seguidos dos candidatos dos colégios particulares e dos inscritos sem a devida identificação de origem escolar no Ensino Médio.

4.3.3 Estratégias textuais e evidências nas redações de Nível 4

O indicador ausência de progressão textual é ilustrado no Quadro 5, por meio de evidências pertinentes, extraídas das redações que alcançaram 160 pontos (nível 4).

Quadro 5 – Evidências relativas ao indicador ausência de progressão textual

Evidências
“[...] são necessários investimentos consideráveis do governo na conscientização do público com relação aos efeitos do álcool ao volante e do cumprimento da norma estabelecida, sendo importante a realização de palestras, distribuição de folhetos entre outras medidas [...]” (Figura 11)
“ Deve haver em todos os estabelecimentos avisos nos lembrando sempre o que devemos fazer, para termos total consciência dos nossos atos [...]” (Figura 12)
“[...] temos que nos conscientizar e respeitar os direitos e os deveres que temos como pessoas de bem. Devemos sempre progredir e buscar um país melhor e mais tranquilo, para que isso aconteça, precisamos nos unir e mostrar para o mundo o quanto a vida é importante [...]” (Figura 13)
“Além de aumentar a rigorosidade da lei, uma ótima medida para a extinção de motoristas bêbados seria que o governo exigisse a implantação de bafômetros nos carros de uma forma que o veículo não ligasse caso o teor de álcool no sangue do motorista fosse maior que o permitido.” (Figura 14)
“Tomar precauções e uma fiscalização acirrada em rodovias, estradas e cidades é de extrema importância, além claro da conscientização dos condutores de que álcool e direção não funciona.” (Figura 15)
“[...] é necessário que tanto a população quanto o governo tomem medidas para não somente evitar os acidentes a partir de punições, mas também criar uma educação que faça parte de toda a população [...]” (Figura 16)
“Portanto, é preciso que haja mais do que uma atenção redobrada por parte das autoridades para que a lei seja de fato cobrada sempre em prática, além de uma maior conscientização dos motoristas, em respeito à sua própria vida e à das outras pessoas.” (Figura 17)
“Logo, é importante a população reconhecer a importância dessa medida para todos e incentivar iniciativas como essa do governo, pelo bem geral, através de campanhas publicitárias que estimulem a adesão da norma, por exemplo.” (Figura 18)
“O governo, portanto, deve promover mais publicidades educativas, maior endurecimento na fiscalização, não apenas em grandes cidades, mas em todo o território nacional. E, além disso, responsabilizar com mais dureza os condutores comprovadamente alcoolizados e, com isso, incapazes de dirigir.” (Figura 19)
“[...] assim os benefícios serão cada vez maiores e mais vidas serão salvas.” (Figura 11)

Fonte: A autora (2015).

O Quadro 6 apresenta as evidências relativas ao indicador apresentação do sujeito que poderá desenvolver a proposta.

Quadro 6 – Evidências relativas ao indicador apresentação do sujeito que poderá desenvolver a proposta

Evidências
“...para a maior efetivação desses aspectos positivos são necessários investimentos consideráveis do governo na conscientização do público em relação aos efeitos do álcool...” (Figura 11)
“Devemos sempre progredir e buscar um país melhor e mais tranquilo, para que isso aconteça, precisamos nos unir e mostrar para o mundo o quanto a vida é importante...” (Figura 13)
“...uma ótima medida para a extinção de motoristas bêbados seria que o governo exigisse a implantação de bafômetros nos carros...” (Figura 14)
“...é necessário que tanto a população quanto o governo tomem medidas para não somente evitar os acidentes, mas, também, criar uma educação que faça parte de toda a população.” (Figura 16)
“...é preciso que haja mais do que nunca uma atenção redobrada por parte das autoridades para que a Lei Seca seja de fato colocada em prática, além de uma maior conscientização dos motoristas...” (Figura 17)
“...é importante a população reconhecer a importância dessa medida para todos e incentivar iniciativas como essa do governo, pelo bem geral, através de campanhas publicitárias que estimulem a adesão da norma, por exemplo.” (Figura 19)
“O governo, portanto, deve promover mais publicidades educativas, maior endurecimento na fiscalização, não apenas nas grandes cidades, mas em todo o território nacional.” (Figura 19)

Fonte: A autora (2015).

O indicador referente ao uso formas verbais que indicam a imposição da proposta é ilustrado no Quadro 7, por meio de evidências pertinentes.

Quadro 7 – Evidências relativas ao indicador uso de formas verbais que indicam a imposição da proposta

Evidências
“...são necessários investimentos consideráveis do governo na conscientização do público com relação aos efeitos do álcool no volante e do cumprimento da norma estabelecida, sendo importante a realização de palestras...” (Figura 11)
“Deve haver em todos os estabelecimentos avisos nos lembrando sempre do que devemos fazer para termos total consciência dos nossos atos.” (Figura 12)
“Devemos sempre progredir e buscar um país melhor e mais tranquilo, para que isso aconteça, precisamos nos unir e mostrar para o mundo o quanto a vida é importante...” (Figura 13)
“...seria que o governo exigisse a implantação de bafômetros nos carros de uma forma que o veículo não ligasse, caso o teor de álcool no sangue do motorista fosse maior do que o permitido.” (Figura 14)

(Continua)

(Conclusão)

Evidências
“Tomar precauções e uma fiscalização acirrada nas rodovias, estradas e cidades é de extrema importância, além, claro, da conscientização dos condutores de que álcool e direção não funciona.” (Figura 15)
“...é necessário que tanto a população quanto o governo tomem medidas para não somente evitar os acidentes a partir de punições, mas, também, criar uma educação que faça parte de toda a população. Com isso, deve-se tornar as leis mais rígidas...” (Figura 16)
“...é preciso que haja mais do que nunca uma atenção redobrada por parte das autoridades para que a Lei Seca seja de fato colocada em prática, além de uma maior conscientização dos motoristas...” (Figura 17)
“...é importante a população reconhecer a importância dessa medida para todos e incentivar iniciativas como essa do governo, pelo bem geral, através de campanhas publicitárias que estimulem a adesão da norma, por exemplo. E que os governantes não só punam os transgressores como devem ser punidos, mas mostrem desde cedo às crianças o perigo de beber e dirigir...” (Figura 18)
“O governo, portanto, deve promover mais publicidades educativas, maior endurecimento na fiscalização, não apenas nas grandes cidades, mas em todo o território nacional.”(Figura 19)

Fonte: A autora (2015).

O primeiro indicador referente às estratégias textuais das redações avaliadas com nível 4 foi ausência de progressão textual, uma vez que os participantes apresentam a solução para a situação-problema, mas não desenvolvem os possíveis procedimentos que poderiam viabilizar as medidas. Ocorre que o candidato contribui com uma proposta de intervenção porque há uma determinação para isso, mas não expõe o caminho a ser perseguido para que sejam efetivadas tal proposta.

A progressão textual está intimamente relacionada com a tipologia argumentativa, tendo em vista que a exposição de ideias na argumentação depende do desenvolvimento progressivo do texto. Dessa forma, embora as propostas sejam bem intencionadas e repletas de um desejo de mudanças, com o governo na elaboração de medidas mais eficazes, ou até mesmo com a aplicação de medidas mais eficazes para os infratores da Lei nº 11.705/2008 (BRASIL, 2008), há uma argumentação inconsistente, pois há falhas na progressão textual.

A progressão textual apresenta um movimento de prospecção, conforme a definição de Koch:

Diz respeito aos procedimentos linguísticos por meio dos quais se estabelecem, entre os segmentos do texto (enunciados, partes de enunciados, parágrafos e mesmo sequências textuais), diversos tipos de relações semânticas e/ou pragmático discursivas, à medida que se faz o texto progredir. (KOCH, 1989, p. 121).

Observa-se a construção seguinte na produção textual da redação nº 15

É preciso que haja mais do que nunca uma atenção redobrada por parte das autoridades para que a Lei Seca seja de fato colocada em prática, além de uma maior conscientização dos motoristas. E que os governantes não só punam os transgressores como devem ser punidos, mas mostrem desde cedo às crianças que beber e dirigir [...]

Dentre todos os fragmentos expostos no Quadro 7, esse é um exemplo de como uma falha na continuidade pode afetar a sequenciação do texto, uma vez que são apresentadas as medidas que poderiam tornar a intervenção plausível, mas não há uma explanação completa e objetiva, em relação ao que as autoridades poderiam ter mais atenção, nem mesmo quais providências seriam necessárias para que os governantes mostrem às crianças as prováveis consequências desastrosas da prática de ingerir bebidas alcoólicas e dirigir.

O segundo indicador trata da apresentação do sujeito que poderá desenvolver a proposta, segundo a construção textual do participante. Na verdade, o indicador em questão demonstra como os participantes construíram a intervenção, partindo da existência de um sujeito que poderá solucionar todo o problema, pois o mesmo é concebido como o garantidor da execução das medidas que poderiam sanar o problema.

“[...] para a maior efetivação desses aspectos positivos são necessários investimentos consideráveis do governo na conscientização do público em relação aos efeitos do álcool [...]” (Figura 11)

“O governo, portanto, deve promover mais publicidades educativas, maior endurecimento na fiscalização, não apenas nas grandes cidades, mas em todo o território nacional.” (Figura 19)

“[...] seria que o governo exigisse a implantação de bafômetros nos carros de uma forma que o veículo não ligasse, caso o teor de álcool no sangue do motorista fosse maior do que o permitido.” (Figura 14)

Há a apresentação do sujeito legitimado, para solucionar o problema em questão, mas não estão explícitas as formas de intervenção, que poderiam tornar possíveis os investimentos dos governos em publicidades educativas, ou em setores de segurança e fiscalização, conforme os posicionamentos levantados por alguns redatores, o que leva a uma pontuação nível 4 da competência relativa à construção de uma proposta de intervenção social.

Na verdade, a análise desse segundo indicador leva até a competência propriamente dita, apresentando todos os atores que contribuem para a plausibilidade da proposta.

O terceiro indicador concernente às estratégias textuais refere-se ao uso de formas verbais, que indicam a imposição da proposta. Para Cunha e Cintra (2008, p. 395),

A sintaxe dos verbos ao emprego do modo e do tempo. No modo, temos a atitude (de certeza, dúvida, suposição, de mando, etc.) da pessoa que fala em relação ao fato que enuncia; e, por tempo, a de localizar o processo verbal no momento de sua ocorrência referindo-o seja à pessoa que fala, seja a outro fato em causa.

O modo indicativo geralmente é utilizado para exprimir uma ação ou um resultado considerado na sua concretude ou em sua certeza nos três tempos absolutos. A utilização do tempo presente, nas redações analisadas, implica uma ação permanente. O verbo *ser*, na construção seguinte, pode comprovar tal afirmação.

“[...] **é** necessário que tanto a população quanto o governo tomem medidas para não somente evitar os acidentes a partir de punições, mas, também, criar uma educação que faça parte de toda a população. Com isso, deve-se tornar as leis mais rígidas [...]” (Figura 16)

A utilização do futuro do presente, que indica um acontecimento certo ou provável, posterior ao momento em que foi empregado, aponta uma afirmação condicionada a um fato de realização possível.

“[...] assim os benefícios serão cada vez maiores e mais vidas serão salvas.” (Figura 11)”

O futuro do pretérito, tempo verbal empregado para designar ações posteriores à época de que se fala, foi utilizado como forma verbal que denota desejo.

“[...] **seria** que o governo exigisse a implantação de bafômetros nos carros de uma forma que o veículo não ligasse, caso o teor de álcool no sangue do motorista fosse maior do que o permitido.” (Figura 14)

A forma como os tempos verbais foram empregados constituem uma maneira de convencer o leitor a acreditar que as providências sugeridas pelo participante são

importantes para o êxito do dispositivo legal nº 11.705/08 (BRASIL, 2008), que implementa a Lei Seca.

4.3.4 Estratégia pragmática e evidências nas redações de Nível 4

O indicador proposta bem elaborada, com a explanação de pelo menos um elemento que deixa a medida mais abrangente, é ilustrado no Quadro 8, por meio de evidências pertinentes.

Quadro 8 – Evidências relativas ao indicador Proposta bem elaborada com a explanação de pelo menos um elemento que deixa a medida mais abrangente

Evidências
“Concluindo, a implementação da lei seca só trouxeram efeitos satisfatórios para a população, mas para maior efetivação desses aspectos positivos, são necessários investimentos consideráveis do governo na conscientização do público com relação aos efeitos do álcool ao volante e do cumprimento da norma estabelecida, sendo importante a realização de palestras, distribuição de folhetos entre outras medidas...” (Figura 11)
“ Os principais meios de diminuir cada vez mais os acidentes é através da lei e da conscientização de todos. Deve haver em todos os estabelecimentos avisos nos lembrando sempre o que devemos fazer, para termos total consciência dos nossos atos. Uma melhor organização das companhias de táxis para ter sempre vários à disposição...” (Figura 12)
“... temos que nos conscientizar e respeitar os direitos e os deveres que temos como pessoas de bem. Devemos sempre progredir e buscar um país melhor e mais tranquilo, para que isso aconteça, precisamos nos unir e mostrar para o mundo o quanto a vida é importante e que não devemos envolver drogas ou qualquer tipo de bebida ilícita quando se dirige...” (Figura 13)
“Além de aumentar a rigorosidade da lei, uma ótima medida para a extinção de motoristas bêbados seria que o governo exigisse a implantação de bafômetros nos carros de uma forma que o veículo não ligasse caso o teor de álcool no sangue do motorista fosse maior que o permitido.” (Figura 14)
“Tomar precauções e uma fiscalização acirrada nas rodovias, estradas e cidades é de extrema importância, além, claro, da conscientização dos condutores de que álcool e direção não funciona.” (Figura 15)
“ A fim de que haja uma diminuição no número de acidentes causados pelo uso do álcool, é necessário que tanto a população quanto o governo tomem medidas para não somente evitar os acidentes, mas, também, criar uma educação que faça parte de toda a população. Com isso, deve-se tornar as leis mais rígidas, desde multas até a própria prisão de indivíduos que dirigem alcoolizados e também ensinar nas escolas as consequências da mistura de álcool com direção.” (Figura 16)
“Portanto, é preciso que haja mais do que nunca uma atenção redobrada por parte das autoridades para que a Lei Seca seja de fato colocada em prática, além de uma maior conscientização dos motoristas, em respeito à sua própria vida e à das outras pessoas...” (Figura 17)

(Continua)

(Conclusão)

Evidências
“Logo, é importante a população reconhecer a importância dessa medida para todos e incentivar iniciativas como essa do governo, pelo bem geral, através de campanhas publicitárias que estimulem a adesão da norma, por exemplo. E que os governantes não só punam os transgressores, como devem ser punidos, mas mostrem desde cedo às crianças o perigo de beber e dirigir, com filmes, palestras nas escolas. (Figura 18)
“O governo, portanto, deve promover mais publicidades educativas, maior endurecimento na fiscalização, não apenas nas grandes cidades, mas em todo o território nacional. E, além disso, responsabilizar com mais dureza os condutores comprovadamente alcoolizados e, com isso, incapazes de dirigir.” (Figura 19)
“[...] Agora, visto que as pessoas estão mais informadas dos riscos, não só físicos mas legais, o governo deve se manter firme e continuar punindo os que ignoram a lei, para que o trânsito permaneça um meio seguro de migração pendular.” (Figura 20)

Fonte: A autora (2015).

O indicador analisado, na estratégia pragmática avaliada, foi denominado proposta bem elaborada com a explanação de pelo menos um elemento que deixa a medida mais abrangente. A escolha de tal indicador se deu por conta de o mesmo ser parte da descrição do nível 4 na Matriz de Referência de correção.

Certamente as redações avaliadas alcançaram o nível 4 pelo fato de os participantes não terem respondido a todas as questões “Como implantar as formas de intervenção? Quem são os agentes que poderiam auxiliar em tal ação? Que finalidades estariam implicadas na proposta? (para quê?)”, conforme instrui o Manual de Capacitação Presencial 2013 dos Avaliadores (BRASIL, 2013b). O que foi verificado, nas construções, é a ausência de pelo menos uma das respostas às mencionadas perguntas, conforme exemplifica a redação nº 16

Os principais meios de diminuir cada vez mais os acidentes é através da lei e da conscientização de todos. Deve haver em todos os estabelecimentos avisos nos lembrando sempre o que devemos fazer, para termos total consciência dos nossos atos. Uma melhor organização das companhias de táxis para ter sempre vários à disposição [...]

Não se trata apenas de uma avaliação da maneira como o participante se posiciona diante de um determinado tema de cunho social, mas também da como traz propostas abrangentes de ação, que estejam em conformidade com os Direitos Humanos. Inclusive, mais uma vez, é importante esclarecer que a competência V está de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (BRASIL, 2000, p. 13), ao mencionar o seguinte fragmento:

Diante desse mundo globalizado, que apresenta múltiplos desafios para o homem, a educação surge como uma utopia necessária indispensável à humanidade na sua construção da paz, da liberdade e da justiça social.

Mesmo com tal previsão em textos oficiais, percebe-se a dificuldade de o participante desenvolver, no texto, todas as medidas necessárias para que a intervenção não seja somente uma espécie de cumprimento de obrigação ideológica, a fim de atender somente ao que foi proposto na prova de redação. Pelo exposto, a intervenção de nível 4 recebe o caráter de **bem elaborada**, ao passo que uma proposta avaliada em nível 5 é concedida a qualidade de **muito bem elaborada**.

4.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desempenho dos participantes na redação do Enem 2013, no que tange à competência V, deve ser alvo de reflexão por parte dos professores de Língua Portuguesa, que lecionam Produção Textual em escolas e cursos.

O primeiro motivo, que enseja uma efetiva preocupação, é a dificuldade dos participantes para desenvolver a referida competência, uma vez que as questões ideológicas requeridas na competência V não fazem parte do cotidiano textual dos mesmos, nem mesmo nas construções escolares propostas pelos professores, em que se privilegia o tipo dissertativo-argumentativo. Por esse motivo, os participantes se deparam com um grande obstáculo, no momento da prova, ao terem de construir uma proposta de intervenção social, que não fira os Direitos Humanos. A maioria das construções resulta de uma “receita pronta”, muitas vezes decorada em cursos ou de última hora, em pesquisas aleatórias, com o intuito de alcançar os níveis superiores de correção.

Outro fator que deve ser considerado é a descrição da Matriz de Referência, ao diferenciar os níveis 4 e 5, tendo em vista que a distinção é tênue entre uma proposta **bem elaborada** de uma outra, **muito bem elaborada**”. Certamente a avaliação das propostas é feita a partir da clareza, objetividade, abrangência e plausibilidade das ações, porém a delimitação entre **bem** e **muito bem elaborada** precisa de melhor explicitação para o participante, bem como para o avaliador.

Sob outra perspectiva, houve pontos discutidos que vão ao encontro das contribuições advindas das estratégias textuais analisadas, nos textos selecionados para o presente estudo, como, por exemplo, a permissão de eventuais deslizamentos gramaticais e de convenções de escrita. Talvez a intenção de democratizar o acesso ao Ensino Superior seja uma das razões para uma correção diferenciada, pois em outro processo avaliatório de larga escala, o procedimento de correção não permitiria construções que infringissem as regras da gramática descritiva.

Com relação à proposta de intervenção das redações avaliadas com nível 5 e analisadas, no presente estudo, pode-se constatar que nas mesmas havia um detalhamento das ações, presença de autoria e fundamentação do tema, articulado aos argumentos apresentados ao longo do texto. Quanto às estratégias textuais, tais produções demonstraram alguns desvios às normas da gramática descritiva, como o emprego equivocado de conectores, por exemplo, que não comprometeu a construção, mas não deveria compor um texto de um aluno concluinte do Ensino Médio.

As produções textuais avaliadas com nível 4 receberam esse julgamento, pois as propostas mostraram-se pouco abrangentes, menos plausíveis do que as de nível 5. Apresentavam-se relacionadas apenas com o assunto, deixando de aprofundar o tema. Quanto às estratégias textuais utilizadas, o que merece destaque é o indicador ausência de progressão textual em todas as propostas, o que interferiu diretamente no movimento de prospecção do texto, pois os participantes só mencionaram um possível sujeito, para o pleno desenvolvimento da ação, deixando a proposta incompleta.

Como conclusão, pode-se responder à questão avaliativa afirmando que o desempenho dos participantes da edição 2013 do Enem, que obtiveram nível 5 na produção textual, por meio de evidências, demonstrou atendimento à competência V da Matriz de Referência utilizada para a correção das redações. Assim sendo, pode-se constatar que as referidas construções textuais foram avaliadas nos moldes da descrição apresentada no Guia do Participante, disponibilizado aos candidatos, bem como nos manuais de treinamento dos avaliadores.

No que tange às redações avaliadas com nível 4, pode-se concluir que houve a ausência do embasamento teórico necessário para a construção de uma proposta fundamentada, o participante deixou de responder a alguma dessas questões: Como implantar as formas de intervenção? Quem são os agentes que poderiam auxiliar em

tal ação? Que finalidades estariam implicadas na proposta? (para quê?) e, com isso, obteve perda de pontos na construção.

O que os professores de Língua Portuguesa e profissionais envolvidos com o exame em questão não podem perder de vista é que as finalidades inseridas na competência V colaboram com a formação do cidadão autônomo, ativo, crítico e solidário e, por isso, as mesmas constituem uma inovação do Enem.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Gisele G.; RABELO, Mauro L. O ENEM e os desafios da correção de redações. In: ANDRADE, Gisele G.; RABELO, Mauro L. (Org.). *A produção de textos no ENEM: desafios e conquistas*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2007.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. Portaria nº 110, de 4 de dezembro de 2002. Estabelece, na forma desta Portaria e de seu Anexo I, a sistemática para a realização do Exame Nacional do Ensino Médio no exercício de 2003 (ENEM/2003) como procedimento de avaliação do desempenho do participante ao término da escolaridade básica, para aferir o desenvolvimento de competências fundamentais ao exercício da cidadania. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, 6 dez. 2002. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=14&data=06/12/2002>>. Acesso em: 25 nov. 2014.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 14 jan. 2015.
- BRASIL, Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008. Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e a Lei nº 9.294, de 15 de junho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências. *[Diário Oficial da União]*, Brasília, DF, 20 jun. 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. *A redação no ENEM 2012: guia do participante*. Brasília, DF: INEP, 2012.
- BRASIL. Ministério da Educação. *A redação no ENEM 2013: guia do participante*. Brasília, DF: INEP, 2013a.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): fundamentação teórico metodológica*. Brasília, DF: MEC/INEP, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012. Dispõe sobre o sistema de seleção unificada – SisU. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 6 nov. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. Portaria nº 7, de 29 de junho de 2006. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 30 jun. 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. *Manual dos coordenadores*. Brasília, DF: CESPE, 2013b.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos*. Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros curriculares nacionais do Ensino Médio: parte I e II*. Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Média e Tecnológica, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília, DF: Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos; Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 438, de 28 de maio de 1998. Institui o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 28 maio 1998. Disponível em: <http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/diretrizes_p0178-0181_c.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2015.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem: textos e discursos por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: Educ, 1999.

CALDAS AULETE, Francisco Julio. *Minidicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

CUNHA, Celso; CARDOSO, Wilton. *Estilística e gramática histórica*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. *Programa de aperfeiçoamento e qualificação da equipe de supervisores de avaliação das redações do Enem*. Brasília, DF: DAEB; INEP, 2014.

FIORIN, José Luis; PLATÃO, Francisco Savioli. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1990.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. *Exame Nacional do Ensino Médio (Enem): fundamentação teórico-metodológica*. Brasília, DF: MEC; Inep, 2005.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. INEP. *Exame Nacional do Ensino Médio-ENEM: documento básico*. Brasília, DF: INEP, 1999.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. INEP. *Protocolo de intenções*. Brasília, DF: INEP, 2014a.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. INEP. Rio de Janeiro, 2014b. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 1984.

_____. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989. (Repensando a língua portuguesa).

KOCH, Ingedore Villaça; TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. 17. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MINAYO, Maria C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 6. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1992.

MORETTO, Vasco Pedro. *Prova: um momento privilegiado de estudo não um acerto de contas*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. [S. l.]: UNICEF, 1948.

PERRENOUD, Philippe. 1999. *Avaliação da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

RODRIGUES, Siane Gois Cavalcanti et al. O Processo de escrita do candidato do ENEM: Autoria Versus Apagamento de Autoria. In: ANDRADE, Gisele Gama; RABELO, Mauro Luiz. (Org.). *A produção de textos no ENEM: desafios e conquistas*. Brasília, DF: Editora da Universidade de Brasília, 2007. p. 197-205.

SOARES, Magda Becker. Letrar é mais que alfabetizar. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 nov. 2000. Disponível em: <<http://www.nlnpnet/magda.html>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

TOBEÑAS, José Castan. *Los derechos del hombre*. Madrid: Editorial Reus, 1976.

VAL, Maria da Graça Costa. *Redação e textualidade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James L.; FITZPATRICK, Jody R. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Gente, 2004.

ANEXO

ANEXO A - Proposta de Redação – ENEM – 2013

A partir da leitura dos textos motivadores seguintes e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija texto dissertativo-argumentativo na modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema “**Efeitos da implantação da Lei Seca no Brasil**”, apresentando proposta de intervenção, que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista.

Qual o objetivo da “Lei Seca ao volante”?

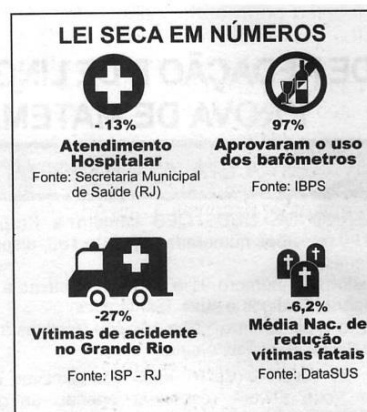
De acordo com a Associação Brasileira de Medicina de Tráfego (Abramet), a utilização de bebidas alcoólicas é responsável por 30% dos acidentes de trânsito. E metade das mortes, segundo o Ministério da Saúde, está relacionada a uso de álcool por motoristas. Diante deste cenário preocupante, a Lei 11.705/2008 surgiu com uma enorme missão: alertar a sociedade para os perigos do álcool associado à direção.

Para estancar a tendência de crescimento de mortes no trânsito, era necessária uma ação enérgica. E coube ao Governo Federal o primeiro passo, desde a proposta da nova legislação à aquisição de milhares de etilômetros. Mas para que todos ganhem, é indispensável a participação de estados, municípios e sociedade em geral. Porque para atingir o bem comum, o desafio deve ser de todos.

www.dprf.gov.br



Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013.



Disponível em: www.operacaoleisecarj.rj.gov.br. Acesso em: 20 jun. 2013 (adaptado).

Repulsão magnética a beber e dirigir

A lei da física que comprova que dois polos opostos se atraem em um campo magnético é um dos conceitos mais populares desse ramo do conhecimento. Tulipas de chope e bolachas de papelão não servem, em condições normais, como objetivos de experimento para confirmar essa proposta. A ideia de uma agência de comunicação em Belo Horizonte foi bem simples. Ímãs foram inseridos em bolachas utilizadas para descansar os copos, de forma imperceptível para o consumidor. Em cada lado, há uma opção para o cliente: dirigir ou chamar um táxi depois de beber. Ao mesmo tempo, tulipas de chope também receberam pequenos pedaços de metal mascarados com uma pequena rodela de papel na base do copo. Durante um fim de semana, todas as bebidas servidas passaram a pregar uma peça no cliente. Ao

tentar descansar seu copo com a opção dirigir virada para cima, os ímãs apresentavam a mesma polaridade e, portanto, causando repulsão, fazendo com que o descanso fugisse do copo; se estivesse virada mostrando o lado com o desenho de um táxi, ela rapidamente grudava na base do copo. A ideia surgiu da necessidade de passar a mensagem de uma forma leve e no exato momento do consumo.

www.operacaoleisecarj.rj.gov.br. (Adaptado) www.brasil.gov.br.
www.operacaoleisecarj.rj.gov.br. (Adaptado)